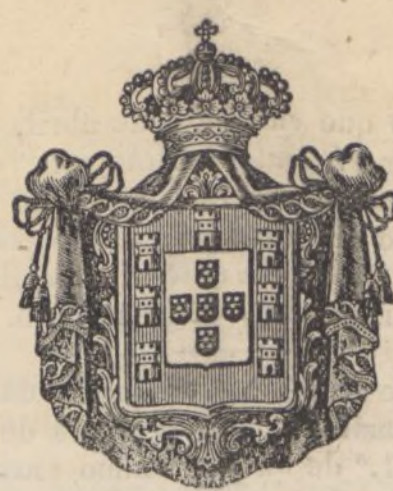


ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	3040
Anuncios, por linha	3060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Com estampilha 3\$600 réis
Sem estampilha 3\$000

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

5.ª Repartição—1.ª Secção

Atendendo ao que me foi representado por parte da camara municipal do Seixal, sobre os grandes inconvenientes, que resultam aos povos do seu concelho, de serem julgadas no juizo de policia correccional as causas relativas a coimas, policia municipal ou transgressões de posturas, e pedindo a revogação do decreto de 11 de março de 1858, que transferiu dos juizes eleitos para o juizo correccional o julgamento das mesmas causas; e mostrando-se pelas informações dos respectivos governador civil e administrador do concelho serem verdadeiras as rasões de utilidade publica e municipal, allegadas pela camara supplicante: hei por bem, usando da faculdade conferida ao governo pela lei de 18 de abril do anno passado, revogar o citado decreto de 11 de março de 1858, a fim de que nas freguezias, que compõem o concelho do Seixal, reverta para os juizes eleitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal, ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justiça, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 20 de março de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello

João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

5.ª Repartição—5.ª Secção

Usando da authorisação conferida ao governo pela lei de 4 de junho de 1859; conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder a Catharina Thereza da Fonseca, viuva de José Pedro da Fonseca, cirurgião do partido da camara municipal de Faro, a pensão annual e vitalicia de 180\$000 réis, em attenção aos serviços que prestou aquelle facultativo, por occasião da epidemia da cholera morbus em 1855, da qual foi victima, e a que a sua viuva se acha em mui avançada idade, privada dos necessarios meios de subsistencia.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 20 de março de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

1.ª Repartição

DESPACHOS

INSTRUÇÃO SUPERIOR

Agostinho da Silva, official do jardim botânico da academia polytechnica do Porto.

INSTRUÇÃO SECUNDARIA

José Paulo Pimenta, porteiro da secção central, e amanuense, do lyceu nacional de Lisboa.

INSTRUÇÃO PRIMARIA

PROFESSORES VITALICIOS

João da Silva Ribeiro, para a cadeira de ensino primario da freguezia de Sampaio do Pinheiro da Bemposta, concelho de Oliveira de Azeite, Alexandre Maria Duarte, para a cadeira de ensino primario da villa de Cantanhede.

Antonio de Barreiros e Neves, para a cadeira de ensino primario na freguezia de Muzella.

Joaquim Manuel Gonçalves, para a cadeira de ensino primario de Saboia.

Simão Maria Manzoni de Castro Castilho, para a cadeira de ensino primario de S. Pedro de Barcarena.

Antonio Augusto Machado Monteiro de Campos, para a cadeira de ensino primario da freguezia da Lapa, em Lisboa.

Joaquim Rodrigues de Faria, para a cadeira de ensino primario em S. Lourenço do Bairro.

PROFESSORES TEMPORARIOS

Domingos Magdalena, para a cadeira de ensino primario (1.º grau) da Lagios, concelho do Sabugal, districto de Braga.

Francisco Xavier da Rosa Sampaio, para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) da villa da Magdalena, na ilha do Pico, districto da Horta.

Joaquim Vicente da Gama, para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) de Mora, concelho de Monte-mór o Novo, districto de Évora.

José Ferreira de Figueiredo Leitão, para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) de S. Thiago de Besterios, concelho de Tondella, districto de Vizeu.

Antonio de Jesus e Silva, para a cadeira de instrucção primaria de Vermuil, concelho de Pomal, districto de Leiria.

Joaquim Gonçalves Netto, para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) da freguezia de Algoz, concelho de Silves, districto de Faro.

Manuel Antonio Gomes, para a cadeira de ensino primario ao sul da capella de S. Simão, freguezia do Victorino dos Piães, concelho de Ponte de Lima, districto de Vianna.

Manuel Joaquim Peixoto, para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) de Carreço, concelho e districto de Vianna do Castello.

José Tavares de Moura, para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) de Candosa, concelho de Taboão, districto de Coimbra.

Antonio Guerreiro Junior, para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) de Cacella, concelho de Villa Real de Santo Antonio, districto de Faro.

Bernardo Lopes Freire, para a cadeira de ensino primario de Vide, concelho de Ceia, districto da Guarda.

JUBILAÇÃO

Antonio Pinto de Moura Tavares, jubulado com o ordenado por inteiro.

APÓS-ENTRADA

Padre Francisco Rodrigues, aposentado com dois terços do ordenado.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA TRESOURARIA

Na conformidade do annuncio inserto no *Diario de Lisboa* n.º 63, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 2 de abril proximo, dos vencimentos do mez de março corrente das seguintes classes:

Secretaria d'estado dos negocios do reino; Ministerio da fazenda; Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça; Ministerio da guerra, inclusive repartição de saude do exercito; Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar; Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros; Ministerio das obras publicas, commercio e industria; Conselho d'estado; Tribunal de contas e procuradoria geral da fazenda; Supremo tribunal de justiça e procuradoria geral da coroa; Conselho ultramarino; Cardeal patriarcha e vigário geral; Arcebispos e bispos; Estado maior geral; Officiaes generaes effectivos; Officiaes arrematados; Intendencia das obras publicas do districto de Lisboa; Direcção dos trabalhos geodesicos, corographicos, hydrographicos e geologicos.

Na mesma conformidade terá logar, durante o dito mez de abril, segundo se annunciar pela repartição de fazenda, o pagamento dos vencimentos do corrente mez ás classes inactivas.

Direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 29 de março de 1860.—Joaquim José do Nascimento Lupi.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

1.ª DIRECÇÃO—4.ª REPARTIÇÃO

Annuncia-se, em conformidade com o disposto na carta de lei de 24 de agosto de 1848, que Maria de Santo Antonio, viuva de José Antonio, cabo de esquadra que foi n.º 27 da 4.ª companhia do 1.º batalhão de veteranos, supplica por este ministerio o pagamento da quantia que ficou em credito a seu marido, proveniente do espolio de fardamento e preto; a fim de que as pessoas, que se julgarem com tanto ou mais direito do que a supplicante ao que ella pretende, o deduzam no prazo de sessenta dias contados da data do presente annuncio; na certeza de que findo o mesmo prazo será resolvida a pretensão, segundo a justiça que se lhe conhecer.

N.º 44

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 26 de março de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

Por decreto de 19 do corrente mez:

4.ª divisão militar

Exonerado de addido ao chefe do estado maior, pelo requerer, o major graduado do corpo do estado maior do exercito, José Osório de Castro Cabral e Albuquerque.

Addido ao chefe do estado maior, o major graduado do regimento de infantaria n.º 12, Francisco da Cunha e Menezes.

Por decreto de 20 do dito mez:

Commissões activas

O tenente coronel de engenharia em disponibilidade, José Maria da Silva Carvalho, por ter sido nomeado para uma comissão do ministerio das obras publicas; e o tenente do batalhão de caçadores n.º 2, Francisco Antonio da Silva Neves, por se achar em uma comissão no ministerio do reino.

Por decreto de 21 do dito mez:

2.º regimento de artilheria

Primeiro tenente, ajudante, o primeiro tenente graduado, ajudante, José Maria Pereira de Almada.

3.º regimento de artilheria

Capitão da 5.ª bateria, o primeiro tenente do estado maior da mesma arma, José Manuel de Araújo Correia de Moraes.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da rainha

Alferes graduado, o alferes graduado do regimento de cavallaria n.º 1, Antonio Maria Bivar de Sousa.

Regimento de cavallaria n.º 7

Commandante da 5.ª companhia, o major graduado do regimento de cavallaria n.º 1, D. Manuel de Sousa Coutinho, continuando na comissão em que se acha.

Batalhão de caçadores n.º 2

Tenente quartel mestre, o tenente quartel mestre do batalhão de caçadores n.º 8, Theodorio José Ignacio de Sampaio.

Alferes, o alferes do batalhão de caçadores n.º 1, Antonio José Pinto Bandeira.

Batalhão de caçadores n.º 8
Tenente quartel mestre, o tenente quartel mestre do batalhão de caçadores n.º 2, José Francisco Xavier de Oliveira Gilão.

Batalhão de caçadores n.º 9
Tenente, o tenente do regimento de infantaria n.º 6, Boaventura José Vieira; continuando na comissão em que se acha.

Regimento de infantaria n.º 4
Commandante da companhia de deposito, o major graduado do regimento de infantaria n.º 12, Francisco da Cunha e Menezes, continuando na comissão em que se acha.

Regimento de infantaria n.º 6
Tenente, o tenente do batalhão de caçadores n.º 9, Joaquim Antonio Monteiro.

Regimento de infantaria n.º 12
Capitão da 7.ª companhia, o capitão do regimento de infantaria n.º 4, Theodorio José Ramalho.

Tenente, o tenente do regimento de infantaria n.º 14, Lourenço José Henriques.

Regimento de infantaria n.º 44
Capitão da 1.ª companhia, o capitão da companhia de deposito, Antonio Joaquim Pereira da Rocha.

Commandante da 2.ª companhia, o major graduado da 1.ª companhia, Ernesto Maria da Silva.

Capitão da companhia de deposito, o capitão da 2.ª companhia, José Feliciano da Silva.

Tenente, o tenente do regimento de infantaria n.º 12, Carlos Augusto Bon de Sousa, continuando na comissão em que se acha.

Regimento de infantaria n.º 15
Capitão da 8.ª companhia, o capitão da companhia de deposito, João Manoel Fernandes.

Capitão da companhia de deposito, o capitão da 8.ª companhia, Bernardo José Ferreira.

PORTARIAS

Ministerio da guerra—1.ª direcção—4.ª repartição.—Requerendo diversos officiaes dos corpos de cavallaria do exercito, que se lhes permita assentar praça nos mesmos corpos a cavallos suas propriedades, e conformando-se Sua Magestade El-Rei com as informações havidas a respeito de simillantes supplicas: manda, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, que se conceda licença aos officiaes de cavallaria, que o pretenderem, para assentarem praça nos corpos em que servirem a cavallos de sua propriedade, e haverem para elles rações, ferragens e tratamento como se fossem pertencentes á massa dos corpos; uma vez que taes cavallos não sejam potros, e tenham a altura, robustez, ensino, e reumam todas as condições proprias para cabalmente satisfazerem ao serviço dos mesmos officiaes; devendo estes entenderem que, pelo facto de se acharem montados por tal forma, lhes cessa o direito de adquirir cavallos para suas praças, pelo systema de remonta actualmente em vigor, e que jámais lhes será licito vender ou dispor dos cavallos a que assentarem praça por effeito da presente determinação, sem que para isso solicitem e obtenham previamente licença de seus commandantes.

Paço, em 2 de março de 1860.—Duque da Terceira.

Ministerio da guerra—2.ª direcção—4.ª repartição.—Havendo actualmente, no quadro dos empregados d'esta direcção, oito vacaturas de aspirantes, e sendo indispensavel preenche-las, por assim o reclamarem as necessidades do serviço: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, em conformidade com o disposto no artigo 24.º do decreto, com força de lei, de 22 de setembro ultimo, que sejam collocados n'esses logares os assistentes civis das extinctas repartições do commando em chefe do exercito, actualmente addidos á mesma secretaria, José Paulino Pires Barreiros, Antonio José Fernandes, José Eugenio da Silva, Thomás de Sá Pereira Sampaio Osório e Brito, José Maria Baptista Coelho, Antonio Joaquim Lemos da Rocha, Joaquim Antonio da Nazareth Porto, e José Joaquim Wenceslau Leal; e determina o mesmo augusto senhor, que os sobre-ditos aspirantes entrem logo no exercicio dos novos logares para que são nomeados, com o mesmo vencimento e gradação de que actualmente gosam, em observancia do mencionado decreto.

Paço, em 3 de março de 1860.—Duque da Terceira.

Declara-se o seguinte:

1.º Que o tenente do regimento de cavallaria n.º 7, Manuel Antonio Belo, desistiu da licença registada, que lhe foi concedida pela ordem do exercito n.º 5, do corrente anno.

2.º Que o capitão do batalhão de caçadores n.º 1, José Francisco de Lima, se apresentou para o serviço no dia 12 do corrente mez, não ultinando a licença registada, que lhe havia sido prorrogada pela ordem do exercito n.º 8, de 12 de novembro do anno proximo passado.

3.º Que o alferes do regimento de infantaria n.º 11, Francisco Joaquim da Gama, se acha exercendo as funcções de ajudante do mesmo regimento, desde o dia 16 do corrente mez.

Licenças concedidas por motivo de molestia aos officiaes abaixo declarados

Em sessão de 16 do mez proximo passado: Ao primeiro official da 2.ª direcção do ministerio da guerra, João Baptista da Costa, quarenta dias para se tratar.

Em sessão de 14 do corrente mez:

Ao alferes do regimento de infantaria n.º 9, Bernardo de Sousa Figueiredo, noventa dias para continuar a tratar-se em ares de campo.

Foram confirmadas as licenças registadas que os commandantes da 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª divisões militares, participaram ter concedido aos officiaes abaixo mencionados, na conformidade das instrucções insertas na ordem do exercito n.º 20 de 18 de julho de 1857.

Ao tenente do regimento de cavallaria n.º 4, Herculano José Pereira, prorrogação por oito dias.

Ao alferes do batalhão de caçadores n.º 9, Joaquim Pimenta de Gusmão Calheiros, prorrogação por vinte e cinco dias.

Ao tenente graduado, ajudante do regimento de infantaria n.º 14, Antonio Eduardo Pereira de Azevedo, trinta dias.

Licenças registadas concedidas aos individuos abaixo mencionados

Ao segundo tenente do 1.º regimento de artilheria, José Maria Dias Grande, vinte dias.
Ao capitão graduado do regimento de infantaria n.º 5, Manuel Marques dos Santos, prorrogação por um mez.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 20...	(Entrada, nacionaes)	29	26	68	16	—	—	—	—	17	—
	Existencia	694	44	1:089	15	1:379	54	1:075	45	399	34
21...	(Entrada, nacionaes)	84	52	—	20	—	8	—	—	18	6
	Existencia	712	26	1:086	15	1:195	18	1:075	45	420	26
22...	(Entrada, nacionaes)	27	36	3	—	106	—	—	—	6	40
	Existencia	672	19	1:084	3	1:184	6	1:075	45	420	46
23...	(Entrada, nacionaes)	52	16	2	—	48	—	—	—	18	—
	Existencia	667	14	1:076	3	1:144	23	1:507	33	426	46
Preços		650 a 840		380 a 420		390 a 480		410 a 430		—	

Repartição de agricultura, em 26 de março de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Mappas do movimento commercial entre Portugal e seus dominios e o porto de New Castle on Jyne, no anno de 1859, os quaes fazem parte do officio do consul geral de Portugal no reino unido da Gran-Bretanha, publicado no Diario de Lisboa n.º 71

IMPORTAÇÃO

OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ	VALOR APROXIMADO EM RÉIS
Laranjas	caixas	8:025	9:323	41:855\$750
Vinho	pipas	23	1:792	8:084\$000
Phosphato de cal	saccos	3:225	1:330	5:985\$000
Soda caustica	barris	1	10	45\$000
Coriça	foixes	70	55	247\$500
Sal	toneladas	254	254	1:143\$000
Sulphato de soda	barris	8	10	45\$000
		11:886	12:994	58:475\$250

EXPORTAÇÃO

OBJETOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM REIS
Carvão	toneladas	55:084	22:882	112:969,000
Coke	»	1:857	1:356	6:102,000
Queijos	arrateis	13	1	4,500
Ferro	»	386	1	4,500
Garrafas	gigos	302	209	940,500
Ditas	duzias	33:204	1:812	8:154,000
Tubos de composição metallica	barris	4	32	144,000
Retortas de barro	peças	50	122	549,000
Oleo de linhaça	barris	192	1:892	8:514,000
Alvaide	»	33	266	1:197,000
Pós de sapatos	»	100	50	225,000
Ditos	saccos	10	4	18,000
Ditos em papellados	barris	15	8	36,000
Pederneira moída	»	79	120	540,000
Assucar	sacco	1	4	18,000
Soda caustica	barris	1	10	45,000
Pó de carvão de pedra	barris	4	4	18,000
Pó do carvão de lenha	»	4	9	40,500
Galha	saccos	2	22	99,000
Alcali	barris	33	222	999,000
Pedras de añar	peças	640	304	1:308,000
Tijollos refractarios	»	60:500	»	»
Ladriillos refractarios	»	30	179	805,500
Barro	barris	»	»	»
Capparosa	»	159	145	652,500
Soda	»	9	18	81,000
Louça de barro	gigos	3	21	94,500
Barro refractario	saccos	325	24	108,000
Magnesia em garrafas	barris	1	10	45,000
Massas	»	12	135	607,500
Corrente de ferro	braças	190	»	»
Dita dito	peças	4	107	481,500
Cerveja	barris	2	12	54,000
Pás de ferro	duzias	8	14	63,000
Azarcão	barris	10	123	559,500
Ferro em linguados	toneladas	10	25	112,500
Pedra hume	»	42	101	454,500
Chumbo	chapas	24	89	400,500
Tinta vermelhão	barris	10	10	45,000
Lithargirio	»	4	36	162,000
Anil	»	2	15	67,500
Pós de corar	»	5	17	76,500
Pedra cbr de rosa	»	2	1	4,500
Cimento romano	»	1	5	22,500
Alcatrão de carvão	»	210	85	372,500
Couros curtidos, etc.	caixa	1	6	27,000
Garrafas	»	4:163	120	540,000
Bagagem	»	—	500	2:250,000
		157:697	31:128	140:076,000

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 7.367

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO VISCONDE DE FORNOS

Nos autos civis, vindos da relação de Lisboa, entre partes, recorrente, Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes, recorrida, D. Maria Gertrudes Carvalho Baptista, e seu marido, representados por seu cessionário João Antonio Mendes Delgado, se proferiu o acórdão seguinte:

Accordam em conferência os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc.: que, determinando a lei que, para haver vencimento na decisão das causas, hajam tres juizes conformes; tendo dois dos signatarios do acórdão folhas votado pela incompetencia do juiz, que absolueu o réu da acção, os quaes, em quanto esta questão de incompetencia subsistisse por decidir, não podiam votar sobre o ponto principal, que se controvertia; é indubitavel, que, excluindo tambem o outro juiz que votou pela incompetencia do recurso, e restando somente os dois que votaram sobre o merecimento da causa, vem a faltar um terceiro para em conformidade da lei haver vencimento no acórdão recorrido:

Annullam por este fundamento o referido acórdão; e mandam que o processo volte á relação de Lisboa, para se dar cumprimento á lei.

Lisboa, 16 de março de 1860.—Visconde de Fornos—Visconde de Portocarrero—Mello e Carvalho—Grade—Aguiar.—Tem voto do conselheiro Sequeira Pinto.

Está conforme. Secretaria do supremo tribunal de justiça, 26 de março de 1860.—O Secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de José Ignacio Pereira, como recebedor que foi do concelho de Arruda, desde o 1.º de janeiro de 1852 até 30 de junho de 1854, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que mostrando-se pela liquidação fl. 2, e relatórios fl. 7 e 51, do estado da conta da gerencia de José Ignacio Pereira, na qualidade de recebedor que foi do concelho de Arruda desde o 1.º de janeiro de 1852 até 30 de junho de 1854, elevar-se o debito e o credito da mesma conta a uma identica somma de 3:192\$235 réis, incluída no credito a de 3:79\$8094 réis em documentos de cobrança que passaram por transição a cargo do novo recebedor Eduardo Augusto Boaventura, como do resumo fl. 6, que este assignou: comprovando-se as diferentes addições do debito e credito com os documentos respectivos, e recibos das entregas realizadas na thesauraria, e caixas centraes do ministerio da fazenda, na importancia de 9:394\$141 réis; e tendo precedido a citação do estylo, em virtude da qual o responsavel exhibiu aquellos recibos, e declarou pelo requerimento fl. 50 que convinha na liquidação processada; julgam portanto quite o sobredito José Ignacio Pereira, como recebedor que foi do concelho de Arruda no mencionado periodo decorrido desde o 1.º de janeiro de 1852 até 30 de junho de 1854. E dão por extinta a fiança relativa a esta responsabilidade, e livres e desembarçados os bens que a constituíam, para ser entregues a quem pertencer.

Tribunal de contas, 20 de março de 1860.—Paiva Pereira, relator.—Correia Caldeira—Sampaio—Lobo.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 27 de março de 1860.—Caelano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de José Luiz da Costa, como recebedor da 2.ª secção do bairro Alto, desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1859, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o processo da responsabilidade de José Luiz da Costa, como recebedor da 2.ª secção do bairro Alto, desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1859, se mostra pelo estado do ajustamento da conta fl. 2 ser o debito de 327:235\$494 réis, e o credito de uma igual quantia, achando-se por isso a conta saldada. Mostra-se mais que no credito entram 193:691\$042 réis, sendo 193:433\$205 réis em documentos de cobrança e 252\$837 réis em dinheiro, que passaram por balanço para a conta do anno seguinte da responsabilidade do mesmo exactor. Portanto, tendo-se observado as solemnidades legais, julgam bem e devidamente ajustada a conta de fl. 2, e quite para com a fazenda o responsavel José Luiz da Costa, como recebedor da 2.ª secção do bairro Alto, desde o 1.º de julho de 1854 até 30 de junho de 1859, devendo com tudo responder na conta do anno seguinte pelo saldo de 193:691\$042 réis, que lhe passou por balanço.

Tribunal de contas, 20 de março de 1860.—Sampaio, relator.—Lobo—Paiva Pereira—Correia Caldeira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 27 de março de 1860.—Caelano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio José do Valle, thesoureiro da alfandega de Caminha, no anno economico de 1854 a 1855, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o processo da responsabilidade de Antonio José do Valle, thesoureiro da alfandega de Caminha, no anno economico de 1854 a 1855; mostra-se pelo ajustamento da conta fl. 2 ser o debito de 1:965\$646 réis, e o credito de uma igual quantia; mostra-se mais que o debito procede de 67\$575 réis de saldo da gerencia anterior, de 1:495\$337 réis de rendimentos cobrados na dita alfandega, e de 402\$704 réis de tomadias; e o credito compõe-se de 1:554\$676 réis, importancia das entregas nos cofres do districto, do 402\$704 réis de distribuições das tomadias, e de 48\$236 réis de saldo que se abona por ter passado para a responsabilidade do mesmo exactor na sua conta do anno seguinte. Pelo que, tendo-se observado as solemnidades legais, julgam bem e devidamente ajustada a conta de fl. 1, e quite para com a fazenda publica o responsavel Antonio José do Valle, como thesoureiro da alfandega de Caminha no anno economico de 1854 a 1855, devendo com tudo responder na conta do anno seguinte pelo saldo em dinheiro que n'esta se lhe abona.

Tribunal de contas, 20 de março de 1860.—Sampaio, relator.—Lobo—Paiva Pereira—Correia Caldeira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 27 de março de 1860.—Caelano Francisco Pereira Garcez.

CORPO DE ENGENHARIA

ARCHIVO MILITAR

Em continuação ao aviso inserido no *Diário de Lisboa* n.º 65 do corrente anno, publicam-se as seguintes disposições, que se observarão nos exames, do concurso para o provimento de alguns logares de desenhador do archivo militar:

1.ª Os exames terão lugar no referido archivo; começarão no dia 18 do proximo mez de abril, pelas dez horas, e continuarão á mesma hora nos dias que opportunamente se irão annunciando no mesmo archivo. No caso que se torne necessario fazer al-

gumas alterações ao que fica estabelecido, se annunciara tambem no archivo.

2.ª Se algum concorrente tiver motivo justificado, que o embarce de comparecer para o exame na occasião indicada, deverá dar parte ao presidente do jury até á hora de começar o exame. Não o fazendo, entende-se que renunciou ao direito de tomar parte n'este concurso.

3.ª Se o impedimento de que trata a antecedente disposição não durar mais de quinze dias successivos, será o referido concorrente admittido depois a executar o trabalho que lhe faltar para terminar o seu exame; mas se o impedimento for de tal duração que, depois de acabada a generalidade dos exames, e de expirado este prazo, se não possa ultimar o concurso, não se esperará mais pelo concorrente, e se procederá ao apuramento dos outros concorrentes, e á competente proposta.

4.ª Tudo quanto fica expellido nas duas antecedentes disposições é applicavel ao concorrente que vier a achar-se incommodado durante o exame, e que justificar legalmente a continuação do impedimento.

5.ª Se por qualquer motivo o concurso for interrompido, os trabalhos já feitos não serão renovados.

6.ª Cada concorrente deverá vir munido dos artigos que lhe forem necesarios para executar o trabalho a que é obrigado.

7.ª O papel, em que cada concorrente ha de desenhado cada uma das provas a que tiver de satisfazer, será previamente por elle assignado, e rubricado pelo presidente do jury.

8.ª No fim de cada dia de exame o jury fará arrecadar o papel em que cada concorrente estiver desenhando, para lh'o restituir no seguinte dia de exame á hora de se começar o respectivo trabalho.

9.ª As perguntas que os examinadores julgarem necessario dirigir aos concorrentes só poderão ter lugar depois de acabados todos os desenhos. Os examinadores serão interrogados pela ordem que a sorte designar. Nenhum pôde presenciar esta parte dos exames dos mais concorrentes senão depois de ter a ella satisfeito.

São concorrentes

Os srs. Augusto de Mesquita Cabral de Almeida
Emiliano Augusto de Bettencourt
João Carlos Bon de Sousa
João Estanislau Penagüão
José Maria Nepomuceno
Leonel Marques Pereira
D. Martinho de França Pereira Coutinho.

Secretaria do commando geral de engenharia, 26 de março de 1860.—Ignacio Justino Christiniano Chianca, secretario do corpo de engenharia.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Piano para a primeira extracção da loteria do segundo trimestre do anno de 1860, que se ha de fazer pela administração da santa casa da misericórdia d'esta corte, pelo methodo e com as formalidades prescritas no decreto de 28 de fevereiro de 1855, publicado no *Diário do Governo* n.º 70, de 23 de março, no decreto de 30 de dezembro de 1858, publicado no *Diário do Governo* n.º 7, de 8 de janeiro de 1859, e no decreto de 23 de março de 1859, publicado no *Diário do Governo* n.º 73, de 28 do dito mez e anno.

Será o seu capital de 32:500\$000 réis, formado de 6:500 bilhetes (dos n.ºs 1 a 6:500), a 5\$000 réis cada um em metal, e na mesma especie serão os premios abaixo descriptos, liquidos de 12 por cento, em beneficio dos expostos da mesma santa casa, dos enfermos do hospital de S. José, dos orphãos da casa pia e do asylo de mendicidade, na conformidade das ordens regias expedidas pela secretaria d'estado dos negocios do reino, em portaria de 27 de maio de 1834 e decreto de 5 de outubro de 1838.

PREMIOS		
1 de	8:000\$000	8:000\$000
1 de	2:000\$000	2:000\$000
1 de	1:000\$000	1:000\$000
1 de	600\$000	600\$000
1 de	400\$000	400\$000
1 de	300\$000	300\$000
1 de	200\$000	200\$000
26 de	100\$000	2:600\$000
2:000 de	6\$400	12:800\$000
1 ao numero que se extrahir depois de tirados os mais premios		100\$000

2:037 premios
4:463 brancos

6:500 bilhetes que a 5\$000 réis importam em 32:500\$000 réis, dos quaes extrahidos os doze por cento de beneficio, é o total dos premios distribuidos réis 28:600\$000

Dos premios acima se descontará no acto do pagamento o imposto de 5 por cento, estabelecido na carta de lei de 10 de julho de 1843.

Os bilhetes vão assignados de chancellaria por um dos adjuntos da administração da mesma santa casa e pelo thesoureiro geral.

A venda terá lugar no dia 2 de abril proximo futuro, desde as 9 horas da manhã até ao meio dia, e far-se-ha pelo methodo estabelecido nos referidos decretos de 30 de dezembro de 1858 e 23 de março de 1859.

Para este effeito todo e qualquer individuo, repartição publica, estabelecimento ou corporação, que pretender comprar um ou mais bilhetes da loteria, deverá no dia em que este plano for publicado no *Diário de Lisboa*, e nos dois seguintes, solicitar em qualquer das administrações de bairro d'esta cidade senhas para o numero de bilhetes que desejar, e somente as pessoas munidas com as referidas senhas serão admittidas na casa da venda dos bilhetes no dia e ás horas acima designadas, conforme for declarado nas respectivas senhas. Aquellas que não comparecerem no dia designado na respectiva senha, e dentro da hora marcada, perderão o direito aos bilhetes, conforme o determinado no artigo 5.º do decreto de 30 de dezembro de 1858.

A extracção terá lugar no dia 13 do dito mez de abril de 1860, sendo precedida, na forma do estylo, da entrada das espheras nas rodas, que se fará em acto publico n'aquelle mesmo dia ás 9 horas da manhã. Finda a extracção se fará em acto successivo, e tambem em publico, a conferencia dos numeros extrahidos, e dos respectivos premios.

Para a extracção da loteria entrarão em uma das rodas todas as espheras que representam os numeros, e na outra somente as que designam os premios, com exclusão das espheras brancas; sendo os premios minimos indicados com a letra M— nas espheras que houverem de os representar, a fim de poder servir a mesma collecção em todas as loterias.

Em virtude das disposições da portaria de 18 de abril de 1836, prescreverão a favor dos expostos d'esta corte os premios da presente loteria, que não forem exigidos no prazo de 5 annos, contados do dia em que findar a extracção.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 1 de abril, para Antuérpia e Havre, o vapor francez *Vesta*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ás 7 horas, e na da estação postal do Terreiro do Paço até ás 7 1/2 horas da manhã do dito dia.

Pela administração central do correio de Lisboa

se faz publico que sairá a 4 de abril, para a Madeira, o vapor *Visconde de Athouguia*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Annuncia-se que o vapor *Jason*, da companhia Anglo-luso-brazileira, que se espera de Inglaterra, sairá no dia 1.º de abril proximo para S. Vicente de Cabo Verde, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, para onde recebe malas do correio. A correspondencia será franqueada n'esta repartição até ás 2 horas da tarde do referido dia.

Administração central do correio de Lisboa, 29 de março de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa

Anjos Cunha Miranda & Comp.ª, Augusto da Costa Cordeiro, Anna Cortes, Antonia Beltrão—Conde do Farrobo—Faustino Antonio Diniz—Maria Antonia da Silva—Redactor do *Agapito*—Violante da Conceição.

Administração central do correio de Lisboa, em 28 de março de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 21 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM,

VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello

D. Pedro do Rio

(Assistiam o sr. presidente do conselho e o sr. ministro da fazenda.)

As tres horas da tarde, achando-se presente numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

O sr. secretario fez leitura da acta da antecedente sessão, que, na forma do regimento, se julgou approvada, por não haver reclamação em contrario.

Deu-se conta da seguinte correspondencia:

Um officio da presidencia da camara dos srs. deputados, enviando uma proposição permitindo a livre entrada do trigo e centeo em grão pelos portos secos e molhados do reino até 30 de junho do corrente anno.

A commissão de agricultura.

—do senado do Brazil, offerecendo para o archivo d'esta camara duas collecções dos annaes das suas sessões do anno passado, prevenindo igualmente que serão enviados os volumes que se publicarem nos annos seguintes.

—do presidente da direcção da companhia das aguas, enviando, para serem distribuidos pelos dignos pares, 80 exemplares do relatório da sua gerencia e parecer da commissão fiscal.

Mandaram-se distribuir.

O Sr. Visconde de Ponte Arcada:—antes da ordem do dia fez uma pequena rectificação.

Quando na anterior sessão, por occasião da leitura que o digno par o sr. marquez de Vallada fez de um artigo, elle orador, pedira a palavra. Posto que o sr. presidente tivesse a bondade de lh'a dar, hesitou com tudo algum tempo em conceder-lha; em breves reflexões expoz, que desejava declarasse a camara, se elle orador podia ou não tê-la; mas, ao cabo d'ellas, s. ex.ª teve a bondade de acceder, como sempre costuma, ao que lhe pareceu justo, dando-lhe a palavra.

Lendo o extracto da sessão, encontrão o seu discurso, sobre um objecto tratado na camara, inteiramente desligado, e não expoz exactamente o que se disse. Declarou o orador quaes foram as expressões por que principiou a sua oração, e demonstrou que ellas se referiam á proposta annunciada pelo sr. presidente; e que tudo faltava na publicação a que se reportava.

Nestes termos concluiu dizendo ser necessario que aquelles que tratam de coordenar os discursos dos dignos pares prestem a esse trabalho a devida attenção, para que se não encontre no extracto do *Diário* uma cousa inteiramente alheia ao que se passou.

O sr. Presidente:—declarou ao digno par, que os tachygraphos deviam tomar nota do que s. ex.ª acabava de dizer, e no extracto da sessão seguinte appareceria o que vinha de se enunciar.

O sr. Visconde de Ponte Arcada:—deu-se por satisfeito.

O sr. Presidente do conselho:—julga do seu dever dar á camara algumas breves explicações. Expoz ter adoecido ha algum tempo, e mesmo hoje não se achar ainda em perfeito estado de saude. Por essa occasião tinha sido convidado pelo seu nome e parente o digno par o sr. marquez de Vallada, para ser presente na occasião em que s. ex.ª queria dirigir-lhe uma interpegação, e conjuntamente ao sr. ministro da justiça.

A differença que elle, orador, tem por esta camara, a que se honra de pertencer, e bem assim o lugar que occupa, leva-o a ter por ella toda a contemplação, e obriga-o mesmo a expor, como havia dito, que por motivo de doença, não comparecera no dia indicado para a interpegação, mas escreveu ao seu collega o sr. ministro da justiça, para se comunicar á camara a sua impossibilidade; quando, porém, s. ex.ª chegou a esta casa foi depois de se ter entrado na ordem do dia, e por isso não teve occasião de fazer a participação de que o tinha encaregado.

O orador fazia esta declaração, porque lera em um jornal da capital que um ministro, que julga ser elle orador, não queria apresentar-se na camara tendo sido convidado para comparecer n'ella; e achando isto não ser exacto, era seu dever, repetia, dar estas explicações, visto ser esta occasião a primeira vez que podia comparecer, não se achando contido ainda em bom estado de saude.

Se não estivesse incommodado, teria comparecido ha mais tempo, e respondido ao que o seu nobre amigo e parente lhe quizesse perguntar, naturalmente na qualidade de ministro dos negocios estrangeiros.

Concluiu pedindo desculpa á camara de a ter incommodado com estas poucas palavras.

O sr. Presidente:—significou a s. ex.ª que a camara autorisaria a elle, orador, como seu interprete, para dizer que ella sabe fazer justiça a s. ex.ª (apoiados).

O sr. Ministro da fazenda:—pediu á presidencia a informasse, se tinha sido presente á camara o projecto que veio da outra casa do parlamento, tendo por objecto a livre admissão de cereas na parte que diz respeito ao trigo e centeo.

Sendo este projecto de grande urgencia, podia que fosse á commissão competente, e se convidassem os membros da mesma commissão a occupar-se d'elle quanto antes.

O sr. Presidente:—chamou a attenção da commissão para o que o sr. ministro da fazenda acabava de expor, e disse esperar d'ella que accedesse ao pedido de s. ex.ª

O sr. Visconde de Balsemão:—folga muito de ver

n'esta camara o sr. ministro da guerra e ministro dos negocios estrangeiros, porque tinha de dirigir algumas perguntas a s. ex.ª

Pede á camara acredite que elle, orador, não fazia uma pergunta insidiosa, nem uma interpegação de opposição, e somente se apresentava possuido de patriotismo e justa indignação como o devem estar todos os verdadeiros portuguezes.

Desejava pedir ao sr. ministro providencias e explicações sobre um escandalo que se acabava de praticar n'esta capital. Refere-se a um facto que todos viram; escoltas de inglezes commandadas por officiaes inferiores, percorrendo a cidade e fazendo dentro d'ella prisões, em conflicto com a autoridade policial! Não julga que chegassemos a um ponto de rebaixamento tal que possamos ser considerados como uma colonia ingleza, como a Serra Leoa. Em que paiz se vêem escoltas estrangeiras virem a terra prenderem e levarem para bordo os soldados embriagados? Isto quer dizer, que consideram esta capital como não tendo policia, e entendem que cada um pôde fazer o que quizer, porque não ha força para fazer cumprir a lei.

Pede ao sr. ministro algumas explicações sobre este assumpto, pois não lhe consta que em nação alguma se tenha levado a injuria a tal ponto, e está convencido que em outra qualquer nação já se teriam pedido, assim como se teriam dado, explicações.

Está certo de que se os soldados portuguezes fossem a Londres e apparecessem em terra formados, não seriam tolerados, pois aquella capital não supportaria similhante insulto.

Em honra do patriotismo portuguez e em honra d'esta nação, julga que a nossa capital não deve ser insultada; por isso pede ao sr. ministro que tome isto em consideração, e se sirva dar as explicações que solicita.

O sr. Presidente do conselho:—expoz não saber se andaram bastantes patrulhas commandadas por officiaes... (O sr. Visconde de Balsemão—Inferiores.) Andaram tambem commandadas por officiaes superiores; mas prossegua dizendo que encontrão, n'um dos dias passados (parecia-lhe que no domingo) duas de dez a doze homens em forma. Entendia ser isto o que mais escandalisou o digno par, mas deve dizer que julga virem assim por causa da disciplina, pois mais facil é manter a andando os soldados formados do que dispersos. (O sr. Visconde de Balsemão:—pediu a palavra.) Para satisfazer ao digno par passava a referir o que se passou a tal respeito. Vindo elle, orador, de Belem para Lisboa encontrão, como disse, duas patrulhas de soldados inglezes, e no dia seguinte dirigiu-se ao ministro de sua magestade britannica fazendo-lhe as observações que julgou opportunas. Escreveu aquelle diplomata immediatamente ao almirante que commanda a esquadra, para que não deixasse vir em forma a terra os soldados. Perguntou depois o referido ministro se podiam vir alguns soldados a terra para levarem os marinheiros embriagados? O orador respondeu que sim, então se escreveu n'este sentido ao almirante, dando-lhe as suas ordens; e desde esse dia não se tornou a verificar o facto de virem as patrulhas em forma. O orador acrescentou que nem mesmo veio soldado algum mais a terra, pois desde a manhã antecedente que ficavam embarcados, e assim se conservaram até sair a esquadra.

Permitta o digno par que elle orador lhe diga não ser novo, mas de muitos annos (apoiados), o costume de, quando aqui vem esquadras inglezas, embriagarem-se marinheiros e soldados, e não vêem outro melhor modo de os levar para bordo senão pela sua propria gente (apoiados). Talvez houvesse mais conflictos se soldados portuguezes se encarregassem d'isso. Em quanto a virem em forma, repete, que não vê senão um meio de manter melhor a disciplina.

Conclue dizendo que foi para evitar os escandalos que o digno par notou, que elle, orador, se dirigiu ao ministro britannico, o qual procedeu pela forma referida. Não sabe se o digno par ficaria satisfeito com o que acabava de dizer.

O sr. Visconde de Balsemão:—declara-se em parte satisfeito, em se terem pedido aquellas explicações, entretanto não se satisfaz em quanto a julgar-se que qualquer nação pôde ter direito a fazer a policia da capital. Isto não se permite em nação alguma, nem nos portos da França, nem em Hespanha, e de muitos hespanhoes sabe que estranharam, e acharam tão indigno, como a maior parte da gente de Lisboa, que tropa estrangeira viesse fazer a policia da cidade, dizendo aquelles d'aquelles que em seu paiz por certo se não toleraria tal.

Está persuadido que se não tomarão a dar similhantes factos, e que se ficará entendendo que a nossa policia é sufficiente para manter a ordem publica n'esta capital. É dos commandantes dos navios que depende o evitar taes disturbios, pois devem prohibir que venham a terra soldados e marinheiros quando estão nas circumstancias de se embriagarem.

O sr. Presidente:—pediu a attenção da camara para o que o sr. secretario conde de Mello passava a expor.

O sr. Conde de Mello:—disse que entre a correspondencia que tivera a honra de ler estava um officio, cuja leitura repetiria, por saber que fez impressão a palavra senado n'elle contheuda. Devia explicar ser o *senado do Brazil*; e parecia-lhe conveniente responder-se com algum signal de agradecimento ou menção honrosa a collecção offerecida (leu).

O sr. Presidente:—propoz aos dignos pares a indicação de se agradecer aquella offerta com a menção de ter sido recebida com especial agrado.

Assim se resolveu.

O sr. Visconde de Sá:—pediu a palavra, visto estar presente o sr. ministro da guerra, para pedir a s. ex.ª alguns esclarecimentos sobre o estado dos trabalhos relativos á fortificação d'esta capital.

O sr. Presidente do conselho:—para não cansar a camara e mesmo por que a sua saude lhe não permitia fallar muito, comprometteu-se a mostrar ao digno par uns apontamentos relativos á defeza de Lisboa, e talvez que s. ex.ª se contentasse com isto por agora, reservando a sua interpegação para qualquer outra occasião em que ambos entrarem então na materia.

O sr. Visconde de Sá da Bandeira:—já li estes esclarecimentos, que o sr. ministro da guerra me mostrou, e dou-me por satisfeito com a informação que contém relativamente aos trabalhos preliminares para a fortificação de Lisboa e do Tejo.

Aproveitei todavia esta occasião de s. ex.ª se achar presente, sentindo não ver aqui o sr. ministro das obras publicas, para dizer algumas palavras acerca da defeza geral do reino. Já em outra occasião fallei sobre este objecto, e em especial sobre os trabalhos dos caminhos de ferro, pois que as directrizes d'estas vias têm importante relação com elle. Não obstante não existirem ainda longas experiencias que mostrem até que ponto pôde chegar a influencia dos caminhos de ferro para o resultado das operações dos exercitos em campanha, contudo ha sufficentes para se antever que mesmo se pôde esperar d'ellas para se acelerar. Dois exemplos se podem citar; o primeiro occorreu na India britannica durante a grande rebelião dos regimentos indigenas. Ali foram de grande auxilio, para a condução de tropas, as porções de caminho de ferro que se haviam construido na provincia de Bengala. O outro exemplo observou-se na ultima guerra da Italia, em que grandes massas de tropas aus-

triacas se transportaram por elles para a Lombardia. A França pôde pela mesma forma enviar tambem rapidamente os seus soldados para o Piemonte, de modo muito superior ao que ántes acontecia. A influencia que os caminhos de ferro ha de ter nas guerras que se suscitarem de novo, ha de ser immensa.

Nos paizes da Europa e da America tem-se tido em primeira conta na escolha das directrizes das vias ferreas os interesses economicos. Contudo os governos do continente europeu, quando tem feito as concessões das linhas internacionaes, têm procurado geralmente que ellas possam concorrer para facilitar as operações militares, especialmente as da defeza.

Assim, em todas as nações do continente, as grandes linhas internacionaes têm sido levadas ás praças de guerra. Cita-las-hei, principiando do Occidente e seguindo para o Oriente. Em Hespanha a linha que vem ligar com Portugal, deve passar de baixo da artilheria de Badajoz; e as linhas que communicam com França devem passar pelas praças de S. Sebastião e de Figueras; agora mesmo se está estudando uma linha, que de Saragoça deve ir aos Pyreneus, para passar a França pela proximidade da praça de Iaca; e o ministro das obras publicas em Hespanha, officio, como se lê nos jornaes, ao ministro da guerra, para saber se a linha proposta poderia construir-se sem inconveniente para o sistema de defeza do reino. Tambem se observa que as grandes linhas francezas que vão ás fronteiras, passam por praças de guerra, taes como Lille, Valenciennes, Metz, Strasburgo, Bayona, etc.

Nada digo da Belgica, por que bem se sabe que a sua fronteira está coberta de praças de guerra, e assim as linhas que a atravessam, ou passam por essas praças, ou ficam de baixo da sua influencia. Na Confederação Germanica procedeu-se da mesma maneira, pois que as linhas que a ligam com França passam por Colonia, Coblenz, Mayence, e a que de Strasburgo vae atravessar o Rheno em Kehl, ponto fortificado, dista pouco de Rastadt grande praça federal. Na fronteira oriental da Prussia passam as linhas ferreas pelas cidades munito fortificadas de Königsberg e Posen, de onde se dirigem á Russia.

Em Portugal, porém, ajusta-se uma linha internacional que passa a mais de duas leguas da praça de Elvas, que é a mais importante do reino. É pois muito para notar que em quanto os hespanhoes fazem passar a mesma linha de baixo da acção da artilheria da praça de Badajoz, nós que somos mais fracos, e que podemos um dia estar expostos a uma invasão proveniente do reino visinho, abramos as nossas fronteiras, e façamos construir um caminho de ferro por onde um inimigo pôde com a maior facilidade, e sem achar o minimo obstaculo, introduzir no paiz numerosas tropas, e attentar assim contra a independencia da nação.

ra. O exemplo do ocorrido em 1807 nunca nos deverá esquecer. N'esse anno, sem declaração alguma de guerra, 50.000 homens invadiram o reino, para o conquistar e dividir entre a França e Hespanha. E advertia-se que o príncipe regente de Portugal era casado com uma princesa filha do então rei de Hespanha Carlos IV. E a família real portuguesa, para evitar cair no poder dos invasores, teve de precipitadamente fugir para o Brazil. Portanto, em vista de um facto tal, que pôde repetir-se, é necessário que tenhamos cautella; e a prudência exige que estejamos preparados para o caso de se dar uma eventualidade semelhante.

É preciso notar que o governo hespanhol resistiu a todas as pretensões, para que a largura da via do caminho de ferro de Hespanha fosse igual á via dos caminhos de ferro de França; assim, a largura da via não é a mesma n'estes dois paizes. Citarei o que um escriptor distincto do reino visinho, diz contra a igualdade da via nos dois paizes limitrophes:

«Nada seria mais prejudicial para se perderem, em grande parte, as vantagens definitivas d'estas vias de comunicação, porque seria muito facil para os estrangeiros o apoderarem-se dos nossos primeiros troços dos caminhos de ferro, e demais sempre poderiam servir-se n'elles do material dos seus proprios caminhos, depois de invadido o territorio de Hespanha.»

Se pois, o governo hespanhol achou que a igualdade da via era perigosa para a segurança de Hespanha, porque, em caso de guerra, poderia o inimigo servir-se dos seus proprios trens para as suas operações militares, fazendo-os girar nos caminhos de ferro de Hespanha, é evidente que o governo portuguez deve n'este ponto, ser tão cauteloso, como aquelle o foi. E se a Hespanha se tem provido a respeito da França, Portugal deve ainda com mais razão, prevenir-se a respeito de Hespanha.

Devemos pois conservar as nossas linhas como estão, e ordenar que a largura da via dos caminhos novos seja a mesma dos caminhos já feitos. Não vamos agora perder as sommas consideráveis de dinheiro, que têm sido gastas na construção d'estes caminhos, para fazer outra via que pôde facilitar e invadir o reino.

Quando o contrato, que se está discutindo na camara dos srs. deputados, vier a esta camara, se elle não tiver sido modificado, he de apresentar duas ou tres modificações, que vou ler para que os srs. ministros estejam ao corrente do que tenciono propor, para adoptarem as modificações que apresento, ou para dizerem na occasião da discussão, os motivos porque as rejeitam.

Eis-aqui o que eu conto propor:

«Attendendo a que o caminho de ferro que poz em comunicação Badajoz com Lisboa, deverá, por considerações relativas á defeza do reino, passar ao alcance da artilheria de Elvas, ou de algum dos fortes adjacentes á mesma fortaleza;

«Attendendo a que o mesmo caminho deverá passar por Estremoz, por ser esta villa um ponto muito importante para a dita defeza;

«Attendendo a que para o referido fim, seria muito inconveniente que o mesmo caminho fosse dirigido desde Elvas, ou desde Estremoz, á margem do Tejo, nas proximidades de Abrantes, porque, em caso de guerra com a nação visinha, poderia ser cortado, ou em parte destruido, com grande facilidade, por um corpo de tropas que, da fronteira, marchasse rapidamente com intento de interromper a comunicação entre Lisboa e a praça de Elvas;

«Attendendo a que a via ferrea, destinada a estabelecer a comunicação entre Lisboa e Badajoz, que em melhor se uniram as circumstancias de ser a de menor custo para o estado, o de oferecer excellentes condições para a defeza do reino, seria aquella que partindo da fronteira passasse junto a Elvas e por Estremoz e Évora, para se juntar nas Vendas Novas á que se acha construída até ao Barreiro, e que passa nas immedições de Palmella, villa cuja fortificação devera ser melhorada, para fazer parte do systema geral de defeza da capital, podendo a mesma via ser prolongada até á proximidade de Cascaes;

«Attendendo a que se esta directriz não fosse approvada, aquella que preencheria melhor as condições estratergicas e economicas seria a que, partindo de Badajoz, passa ao alcance da artilheria do forte da Graça e por Estremoz, e segue pelo Valle do Sorraia tocando em Coruche, e atravessa o Tejo nas proximidades de Benavente.

«Attendendo a que a largura da via, que se acha adoptada nos caminhos de ferro já construídos em Portugal, deverá ser continuada n'aquelles que de novo se fizerem, não podendo prudentemente apprová-los que esta largura seja a mesma que ella tem em Hespanha, porque commetteriamos uma grande falta se, á nossa propria custa, preparássemos os meios de facilitar a um exercito inimigo o ataque contra a nossa independencia; devendo nós, n'esta parte, seguir o exemplo dado pelo governo da nação visinha, que teve a precaução de não consentir que a largura da sua via nos caminhos de ferro de Hespanha, fosse igual á dos caminhos de ferro de França.

«Pelos motivos que acima deixo expostos, proponho a seguinte substituição ao artigo 1.º n.º 5.º § 2.º do contrato, a que se refere o artigo 1.º do projecto de lei, e a parte correspondente do artigo 1.º do mesmo contrato:

«§ 1.º A directriz do caminho de ferro do leste, será desde a fronteira de Hespanha até Estremoz, aquella que em 1855, foi estudada pelo engenheiro Thomás Rumball, por ordem da direcção da companhia do caminho de ferro central peninsular, a qual, partindo da referida fronteira, passa ao alcance da artilheria do forte da Graça por Estremoz.

«§ 2.º D'esta villa seguirá a directriz para a cidade de Évora, e d'ali a unir-se em Vendas Novas, á escala já em exploração, fazendo-se a estação principal na proximidade de Cascaes.

«§ 3.º A largura da via dos caminhos de ferro, do que trata o projecto de lei, será igual á largura da via dos caminhos de ferro já construídos em Portugal.

«No caso de não ser adoptada a directriz que proponho nos precedentes §§ 1.º e 2.º

«Attendendo a que, no systema geral da defeza do reino, Lisboa é o ponto que a todo o custo se deve conservar, e a que Santarém ha de vir a ser um dos postos fortificados e avançados da capital, e portanto, a que é de muita importancia que a via ferrea de Elvas a Lisboa atravesse o Tejo em algum lugar situado abaixo da dita villa, para que, no caso de Portugal ser invadido por um exercito vindo do norte do reino, como aconteceu em 1810, não succeda que, pelo facto da sua aproximação á mesma villa, fique interrompida a comunicação pela via ferrea entre a capital e Elvas; proponho por isso a seguinte substituição:

«A directriz do caminho de ferro de leste será a que, em 1855, foi estudada pelo engenheiro Thomás Rumball, a qual, partindo da fronteira de Hespanha, passa ao alcance do forte da Graça e por Estremoz, e segue pelo Valle do Sorraia, tocando em Coruche, e atravessa o Tejo na proximidade de Benavente.

Já notei que não era provavel que occurresse um caso semelhante ao que teve lugar em 1807, e disse ao mesmo tempo que, contudo, era possível. Observarei agora que certas circumstancias que se

notam na Europa indicam essa possibilidade. Uma guerra entre a França e a Inglaterra poderá talvez occorrer. Desconfianças mutuas existem, do que é prova o haver quasi todos os semestres em Inglaterra uma especie de terror panico, temendo-se uma invasão de um exercito francez. Outras questões irritantes como a da Saboia podem levantar-se, e accumulando-se, produzir uma guerra entre aquellas duas grandes potencias. É provavel que, a dar-se um tal caso, a Hespanha tomasse o partido da França; e nós, pelos nossos interesses coloniaes e commerciaes, naturalmente queríamos ficar neutraes, como aconteceu durante algum tempo de 1802 a 1807. Mas se fomos levados por motivos, que não podemos agora prever, a tomar parte na contenda, é possível que a França, para os seus fins, nos abandonasse á Hespanha, e então nós estaríamos nas mesmas circumstancias em que nos achámos em 1808, pois que n'esse tempo houve uma insurreição geral em Portugal e Hespanha contra o inimigo commum, porque Napoleão levou a familia real hespanhola para França, e Murat ordenou a matança de 2 de maio em Madrid, o que excitou a um levantamento geral e simultaneo em todas as provincias de Hespanha, e em seguida em Portugal. Na hypothese apresentada não teríamos o apoio da insurreição em Hespanha, e havíamos ficar entregues aos nossos unicos recursos até que um auxilio maritimo viesse de Inglaterra; e se esta potencia ainda n'esse tempo temesse uma invasão da parte da França, de certo poucas tropas poderiam mandar em soccorro a Portugal. Do que se deve concluir, que é preciso cuidar seriamente de collocar o paiz em estado de poder defender-se no caso de ser atacado.

As observações que tenho feito foram suscitadas pela importancia do objecto. Ellas tem por fim chamar a attenção da camara e dos srs. ministros sobre a defeza do nosso paiz, e especialmente para lhe lembrar os graves inconvenientes que podem sobrevir para a defeza da directriz adoptada pelo contrato para o caminho de ferro de leste, e da largura da via do mesmo e dos mais caminhos de ferro do reino.

O sr. Presidente do conselho:—não podia dizer n'aquella occasião senão que o governo ouviu com muita attenção as observações do digno par; e que até mesmo s. ex.º não fez então uma interpegação sobre o objecto, emitindo unicamente a sua opinião. Concluiu repellido que o governo ouviu com muita attenção o digno par.

O sr. Marquez de Vallada:—pedira a palavra sobre um certo e determinado negocio, mas uma vez que o sr. presidente lh'a concedeu, se a camara annuisse trataria de mais de um objecto (apoiados).

Começa agradecendo ao seu nobre tio e amigo, o sr. duque da Terceira, a satisfação que lhe deu, e como elle, orador, tinha sido o par interpellante, a quem s. ex.º se referia, era do seu dever responder áquella benevolencia com a cortezia propria de um cavalheiro. Abstem-se n'esta occasião de fazer mais algumas perguntas, alem das que já tinha feito, porque presando-se de ser delicado, e vendo que s. ex.º não está ainda restabelecido, como muito desejava, falaria ao dever de cavalheiro se insistisse em lhe fazer qualquer pergunta, que podesse augmentar o seu padecimento. Apenas se limitaria ao que acabava de dizer, acrescentando, com o respeito ao negocio a que alludia, que desde que o sr. ministro da justiça lhe disse, que o governo tinha determinado dar uma satisfação ao ministro do Brazil n'esta corte, que foi atacado por um jornal d'esta capital; parece-lhe que devia dar-se por satisfeito, visto ser esta a explicação que desejava; reservando as outras observações para quando o nobre duque estiver completamente restabelecido do seu incommodo de saúde.

Por incidente, deve tambem dizer, que tendo pronunciado um discurso um pouco longo a respeito da moeda falsa, aconteceu haver engano no dia em que tal discurso se devia publicar, e que entendeu mal, e por isso não fôra publicado, sendo contudo menos justa a censura que se lançou ao sr. Martins Ferrão, do que actuava sobre elle, orador, para que não publicasse aquelle discurso. Quem assim se expressou, atacou tanto a s. ex.º como a elle digno par, porque ha dado evidentes provas da firmeza do seu caracter, para deixar de se acreditar que não é subserviente aos ministros, nem mesmo aos partidos, pois que estes ás vezes se desviaram do caminho que devem seguir. Compromette-se a que o seu discurso seja publicado, contendo tudo quanto disse, agrade ou desagrada a quem quer que for. Era esta a sua primeira explicação.

Sente não estar presente o sr. ministro das justicias, o qual não vê no seu lugar, porque talvez tenha de tratar de algum negocio da sua repartição que o retém na sua secretaria. (O sr. Presidente do conselho:—Está na outra camara.) É tambem um negocio de serviço publico, que lhe não permite achar-se presente, e por isso não pôde elle, orador, insistir nas observações que desejava fazer na sua presença. Se s. ex.º ainda comparecer n'esta sessão, pede ao sr. presidente da camara lhe reserve a palavra para dirigir uma pergunta ao sr. ministro das justicias, á qual talvez os seus collegas presentes não possam responder, e que tem relação com o despacho dado pelo juiz de direito de Felgueiras. É um negocio este em que elle, orador, tem muita honra de ter tomado a iniciativa, por que se pressa muito em tomar parte activa, franca e decidida n'essa cruzada, contra os abusos e a favor da justiça; e espera que Deus o ajude, para não desamparar nunca esta bandeira, que é a melhor e a mais cara ao seu coração. Aguarda, portanto, que s. ex.º compareça para dizer algumas cousas sobre este negocio, e tem de se referir á carta de que o sr. ministro tem uma copia autentica.

Tinha igualmente a annunciar uma interpegação ao sr. ministro do reino, e esperava que s. ex.º fosse tambem presente, que talvez logo o podesse satisfazer, feita a leitura da sua nota de interpegação, pois que tem bastante intelligencia, e podia dar logo as respostas convenientes. Manda, portanto, para a mesa esta nota de interpegação, na conformidade do estylo, e espera que se lhe dê o destino do costume.

A interpegação é do teor seguinte: «Desejo interpellar o sr. ministro do reino relativamente á cobrança das congruas do parcho de Caparica ultimamente ordenada pelo administrador do concelho de Almada com manifesta injustiça e gravame d'aquelles povos, por isso que o parcho as havia cedido, provarei com documentos. Camara dos pares do reino, 21 de março de 1860.—O par do reino, Marquez de Vallada.»

Tambem tinha a fazer um requerimento, que passava a mandar para a mesa. A camara lembrar-se-ia, e todos os seus amigos se recordariam, de que elle, orador, tomou a iniciativa n'uma discussão, na anterior sessão passada, que tinha relação com o hospital de S. José. Entendeu que devia guardar silencio, desde que essa questão foi entregue aos tribunaes, e então não se occupará agora d'ella; mas apenas de um negocio que tem relação com este objecto, porque tendo o governo nomeado uma commissão de inquerito, de que faz parte o digno par o sr. conde de Peniche, lhe consta que essa commissão deu por findos os seus trabalhos, e que o respectivo relatório se acha completamente concluido, e já foi apresentado ao governo. O seu requerimento limita-se pois a pedir a publicação d'este documento, no que julga não haver inconveniente.

Nada mais tem a dizer, e aguarda a chegada do sr. ministro das justicias para lhe dirigir uma pergunta a que está certo que s. ex.º satisfará.

O sr. Presidente:—v. ex.º já está inscripto para esse objecto.

O sr. Marquez de Ficalho:—pediu a palavra. O sr. Presidente:—declarou ter em primeiro lugar a palavra o sr. visconde de Fonte Arcada sobre o orden.

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—expoz que pedir a palavra sobre a ordem, porque o digno par que o precedeu começou a usar d'ella sobre um objecto differente d'aquelle sobre que elle, orador, desejava fallar, e vinha a ser em relação ás considerações apresentadas á camara pelo sr. visconde de Sá. Por isso pediu, e parecia-lhe não estar fóra da ordem, que lhe fosse permitido dizer n'aquelle momento alguma coisa, e mesmo fazer uma proposta sobre objecto de tanta importancia, e que deve prender a attenção da camara; todavia se o sr. presidente não achasse para isso opportuna aquella occasião, então rogava que se lhe reservasse a palavra para tal fim.

O sr. Marquez de Ficalho:—enviou para a mesa o parecer da commissão de agricultura sobre o projecto para a livre admissão dos cereaes.

(Entrou o sr. ministro da justiça.)

O sr. Visconde d'Algar:—tomando a palavra sobre a ordem expoz que foi com muita surpresa que tendo recebido no dia antecedente o *Diário de Lisboa*, viu n'elle publicada a sessão de 16 do corrente mez, e muito se surpreendeu, repelia, porque tendo tomado parte na discussão d'esse dia, não lhe foi enviado o seu discurso para o corrigir, como por decisão da camara está determinado; sendo esta a primeira vez que tal lhe acontece, e em contravenção com as ordens d'esta casa.

Tratava-se n'essa discussão de materia um pouco tecnica, de um assumpto todo de jurisprudencia, e não era portanto para qualquer pessoa se julgar no direito de mandar publicar o referido discurso sem ser sujeito á correção do seu auctor, para não sair como appareceu cheio de inexactidões e erros, mais especialmente na parte tecnica, attribuindo-se-lhe o que não disse, pois que nunca costuma desconhecer os verdadeiros principios com relação aos objectos de que trata.

O orador não crimina ninguém por esta falta; convence-se mesmo que foi committida na melhor boa fé, talvez para acclerar a publicação das sessões, visto que muitas vezes se levantam vozes contra a demora d'essa publicação, mas ainda assim commetteu-se uma falta grave. Pede ao sr. presidente que haja de advertir quem foi o culpado, para que tal caso se não torne a repetir; roga á camara que suspenda o seu juizo sobre o discurso publicado; e recommenda aos tachygraphos que tomem nota da declaração que faz de que ha de publicar novamente aquelle discurso, depois de corrigido á vista das notas tachygraphicas.

O sr. Presidente:—declara ao digno par que se daria as precisas providencias.

O sr. Visconde d'Algar:—repete que o que pede ao sr. presidente é que este facto se não torne a repetir, pois é falta de natureza grave, e são negocios estes de muita importancia.

O sr. Marquez de Vallada:—pediu a palavra sobre a ordem, mas antes de fazer uso d'ella, desejava se lesse na mesa o parecer apresentado pelo sr. Marquez de Ficalho.

(Leu-se na mesa o parecer.)

Havia pedido duplicadamente a palavra, para quando estivesse presente o sr. ministro da justiça.

O sr. Presidente:—declara ao digno par que está inscripto para quando estiver presente o sr. ministro da justiça.

O orador:—servir-se-lhe n'este momento da palavra em relação ao parecer que acabava de mandar para a mesa o sr. Marquez de Ficalho. Requeria que a discussão d'esse parecer que acabava de ler-se fosse adiada até o governo enviar á camara os pareceres que devia ter consultado, para tomar a resolução que adoptou em relação á entrada franca dos cereaes. É de supor que o governo consultasse o conselho de agricultura e as diferentes autoridades e pessoas competentes, de cujas opiniões s. ex.º se serviram e tomaram por base para adoptar esta resolução. Presume que este seu requerimento não foi mandado para a mesa e approvado sem inconveniente, porque é de supor que o governo não quereria que esta camara tomara uma decisão qualquer sem estar habilitada com as informações necessarias.

O sr. Ministro da fazenda:—não pediu a palavra para impugnar a proposta de adiamento apresentada pelo digno par, porque presume que ella não entrou ainda em discussão; levantou-se unicamente por julgar do seu dever informar a camara, prevenindo assim parte das observações do digno par, de que o deposito de cereaes nacionaes que existe em Lisboa excede pouco a 600 moios, segundo as informações que o governo teve; quer dizer, que não ha em Lisboa o sufficiente para o consumo de uma semana. Existe um deposito avaliado de cereaes estrangeiros, que anda por 24.000 moios, mas que não pôde ser despachado sem se approvar esta lei, pois foram admitidos a deposito para poderem ser despachados no caso do parlamento votar a admissão, quando não terio de ser reexportados.

O orador não faz proposta alguma, mas chama sobre o assumpto a attenção da camara, pedindo-lhe que pondere a urgencia de se occupar de assumpto tão momentoso como este.

O sr. Barão de Porto de Moz:—não achou appropriada a palavra adiamento, empregada pelo sr. Marquez de Vallada, relativamente ao projecto, por não estar este ainda em discussão. O que se deseja vem a ser que na occasião de se tratar tão importante objecto sejam presentes as razões que o governo teve para propor esta medida; que deviam ser razões muito meditadas, em presença de dados estatísticos e de opiniões das pessoas mais no caso de as dar. É rasavel, portanto, que a camara na occasião da discussão queira todos esses esclarecimentos.

Bem sabe elle, orador, que o deposito em Lisboa é pequeno, mas era necessario averiguar as causas d'essa pequenez, pois nas provincias o trigo ou não tem comprador, ou se vende por baixo preço. Devia-se igualmente indagar em que local foram depositos os cereaes estrangeiros, e verificar a sua existencia actual, porque talvez os depositos não existam hoje qual deviam.

Adduzindo varias considerações, para demonstrar que não ha interesse nenhum maior no paiz do que o da agricultura, conclue dizendo que este negocio é de muita magnitude, e que voltará á questão em tempo competente.

O sr. Marquez de Vallada:—pediu a palavra sobre a ordem para dizer, que retira o seu adiamento, e em vez d'ello faz uma proposta, que julga de accordo com a vontade de muitos dignos pares, e mesmo com a opinião do orador que acabava de fallar.

A proposta que mandava, pois, para a mesa, e para que pedida a urgencia, era a seguinte:

«Requerio que, a bem da discussão d'este parecer, sejam enviados á camara quaesquer documentos que lhe servissem de base para se adoptar a livre admissão de cereaes, taes como os pareceres do conselho de agricultura e associações agricolas, informações de autoridades e quaesquer outras, a fim de que a camara possa convenientemente proceder em tão importante negocio.

«Camara dos pares do reino, 21 de março de 1860. —O par do reino, Marquez de Vallada.—Conde de Sobral.—Marquez da Ribeira Grande.—Visconde de Benagail.—Conde das Alcaçovas.—Conde da Taipá.—Visconde de Balsemão.—Barão da Arruda.—Visconde de Fonte Arcada.»

O sr. Barão de Porto de Moz:—pediu licença para assignar este requerimento.

Vozes differentes:—tambem en.

O sr. Ministro da fazenda:—declarou não ter duvida de apresentar todas as informações, quando o projecto de lei entrar em discussão; devendo notar a camara que este negocio já foi submettido ao corpo legislativo na ultima sessão da legislatura passada, e então já essa necessidade foi reconhecida pelo governo. Vê-se, portanto, que a pequenez do deposito não data de agora, já veio de então, e a esta circumstancia juntou-se outra não menos attendivel, e foi a informação que o governo recebeu da deficiencia da colheita. Não sabe o orador qual seja o facto que possa determinar o estado dos depositos em Lisboa na actualidade, a par dos preços altos que o genero tem conservado; não sabe, repelia, qual a razão d'isto, nem como esse facto se possa explicar. Este negocio não corre pela sua repartição, e por isso não pôde dar sobre elle muitas explicações, mas sabe que existe sobre o assumpto uma consulta do conselho geral de agricultura e commercio, e algumas outras representações e informações, que decidiram o governo a confeccionar em presença dellas o projecto de lei, que apresentou ao corpo legislativo.

Em vista pois de tão fortes motivos não pôde o governo deixar de insistir pela urgencia d'este negocio em attenção á falta de cereaes que ha em Lisboa, falta essa que de modo nenhum pôde determinar a pela razão que deu o digno par que acabou de fallar.

O governo não desconhece, nem quer por maneira nenhuma contrariar a utilidade da agricultura, mas tambem elle não desconhece que deve attender a todas as conveniências e a todos os interesses. A necessidade publica foi que o obrigou a trazer esse projecto de lei ao parlamento. Em quanto porém aos esclarecimentos pedidos pelos dignos pares, compromette-se a serem apresentados todos, dizendo contudo que elles pouco podem illustral a camara, porque dados estatísticos seguros sabem os dignos pares que os não ha por tal maneira perfeitos que possam satisfazer, e assim o governo tem-se decidido mais por informações do que por taes dados que não possui.

Concluiu dizendo ao digno par e á camara, que os cereaes estrangeiros estão abaixo da fiscalisação da alfandega municipal, e com toda a recommendação para que tal fiscalisação seja bem feita, recommendação que n'aquelle mesmo dia havia repetido ao director d'aquella casa fiscal.

O sr. Conde da Taipá:—sr. presidente, tendo de votar contra a proposta de lei que vem da camara dos srs. deputados para a admissão de cereaes livres de todo o direito, principio por declarar que sou partidario do principio de liberdade de commercio para tudo sem de modo algum excluir os cereaes; mas votar pela liberdade só para os cereaes, deixando as outras industrias protegidas estupidamente com 100 e 150 por cento, protecção que pésa desastrosamente sobre a agricultura, julgo do meu dever não o fazer, e protestar altamente contra semelhante medida.

Sr. presidente, os direitos protectores impostos sobre os pamos grossos que vesto o trabalhador, sobre o ouro com que elle se calça, sobre o bacalhau que elle come, sobre o chá, o café e o assucar de que hoje as classes baixas fazem um consumo muito importante, encarecem de tal modo os jornaes que a agricultura se faz hoje com immensa desvantagem, mesmo apesar da protecção que tem tido. Venha a liberdade de commercio, mas venha para todos; venham 30 por cento ad valorem para tudo, entrem n'esse principio os cereaes e tudo proveniente da agricultura, e eu ficarei satisfeito, e os agricultores não terão razão de queixa. Mas quer a liberdade de commercio só para a agricultura, que é a unica industria que tem prosperado apesar do systema restrictivo, e deixar estupidamente protegidas industrias que estão estacionarias ha vinte e quatro annos, é querer acabar com tudo, desconhecendo todos os principios de economia politica. Sr. presidente, é da agricultura que provem toda a nossa riqueza, é da agricultura que não vir os impostos e não de outra parte; mas tudo isto se desconhece para proteger afilhados e esses bandos de especuladores que estão agremiados para roerem este pobre cadaver.

Voltarei ao assumpto, e farei d'isto uma moção especial.

O sr. Barão de Porto de Moz:—declara que não tem tencion de votar contra o projecto de lei sobre a admissão dos cereaes estrangeiros, mas sim de votar de tal maneira, por meio de uma proposta que apresentará, a qual com quanto autorise o governo a decretar a admissão dos cereaes, terá ao mesmo tempo a obrigação de evitar que se prejudique uma colheita que apenas va começada e que são esperanças se apresenta, porque o projecto, tal como se acha, preparava á futura colheita uma ruina certa, e é isto o que elle, orador, não quer nem a camara pôde querer (apoiados).

Pede ao governo que, por honra sua, que por dignidade de todos, envie á camara os documentos, que deram origem á apresentação d'aquelle projecto, porque um projecto assim concebido, nos termos em que está, só poderia nascer de um profundo estudo e conhecimento, por meio de estatísticas e informações do estado dos cereaes n'este paiz, porque o que elle, orador, ainda não sabe, é o motivo pelo qual os nossos cereaes não concorrem aos mercados. Não o sabe porque ainda ninguém o informou oficialmente a este respeito. Não virá o nosso trigo aos mercados porque o não ha, ou porque os depositos dos cereaes estrangeiros o afugentam? O nosso trigo que estiver nas provincias não terá vindo á capital, porque conta com a despeza dos transportes, e sabe que depois se encontrará aqui o trigo estrangeiro que está em deposito, e que de um momento para o outro pôde affluir ao mercado? Examine-se pois o verdadeiro estado dos nossos cereaes, para que se não tome uma medida precipitada e sem conhecimento de causa, medida que ataca a agricultura nacional e defrauda os interesses do thesouro.

Aproveitava a occasião para mandar para o mesa um requerimento do digno par o sr. visconde da Granja, que havia pedido a palavra para o apresentar, mas como a discussão em que a camara estava empenhada se prolongasse, e s. ex.º, porque infelizmente se acha doente, teve de retirar-se, e elle, orador, apresenta-lhe em nome d'aquelle par, o faz-se seu, e como tal o mandava para a mesa.

Estava concebido nos seguintes termos:

«Requerio que se peça ao governo, pelo ministério dos negocios do reino, que informe esta camara, com urgencia, sobre os seguintes quesitos: 1.º Qual foi o resultado das indagações a que procedeu a commissão nomeada para examinar a influencia, que a cultura do arroz exerce na salubridade publica, e qual foi o parecer da mesma commissão a esse respeito.

2.º Se, em vista das informações e do parecer da dita commissão, o governo tem já adoptado, ou tenciona adoptar algumas providencias sobre esse objecto.

3.º No caso de que todas, ou algumas d'essas providencias, careçam da approvação do corpo legislativo, se o governo tem resolvido apresentar a competente proposta ás cortes durante a actual sessão. Sala da camara dos dignos pares, em 21 de março de 1860.—Visconde da Granja.»

O sr. Presidente:—foi de opinião que o requerimento do digno par o sr. Marquez de Vallada importava n'uma proposta de adiamento.

(Muitos dignos pares pediram a palavra.)

O sr. Marquez de Ficalho:—perguntou se o parecer da commissão estava em discussão? (O sr. Barão de Porto de Moz:—Não está.) Se, pois, não estava, como era que se discutia?

A commissão de commercio e agricultura d'esta camara fora convidada a reunir-se, com urgencia, para tratar d'este objecto. Ahi fizeram-se varias reflexões, e algum entendeu sacrificar a sua opinião á necessidade que se asseverou havia de dar pão a todos, por isso que o trigo que existia pelas provincias não chegaria para o sustento de um mez aos habitantes de Lisboa, e que esse mesmo não poderia aqui vir todo, em consequencia das muitas difficuldades no seu transporte. N'este caso, não tendo, de mais a mais, elle, orador, tempo para, n'um quarto de hora, examinar todos os documentos sobre que se baseára a proposta do governo, não quizera carregar com a responsabilidade de negar o pão a quem d'ello necessitava.

Dava esta explicação, que julgou do seu dever, e concluiu dizendo que, se o parecer da commissão estava em discussão, então pedia sobre elle a palavra.

O sr. Marquez de Vallada (sobre a ordem):—responde ao sr. Marquez de Ficalho, que, posto não estivesse em discussão o parecer, a elle, orador, assistia o direito de mandar para a mesa um requerimento a pedir esclarecimentos. Permitta-lhe o sr. presidente que, fallando sobre a ordem, e respondendo ao sr. Marquez de Ficalho, diga tambem que s. ex.º, na effusão do seu coração, entusiasmou-se. Dirá porém a s. ex.º que esta questão não é no campo do sentimentalismo que se ha de tratar (apoiados). Não é vindo aporastofar e excitar paixões contra aquelles que têm uma opinião adversa ao digno par. Se s. ex.º levanta a bandeira da caridade, deve estar certo de que atrás d'essa bandeira vão todos os dignos pares, mas a verdade é que s. ex.º levantou a bandeira da caridade, e pareceu mostrar-se pouco caritativo para com os adversarios da sua opinião.

S. ex.º deu a entender, pelas palavras que pronunciou, que alguns dignos pares não eram humanitarios, que não pareciam bons portugeses.

Pois havia de ser n'uma camara de pares que os membros d'ella haviam de querer negar o pão ao povo? O digno par o sr. Marquez de Ficalho conhece perfeitamente, porque é bastante lido, que não ha virtude que, abusando d'ella, o resultado não seja ás vezes um grave transtorno social. Dizia já um homem notavel, o visconde Walsh, na sua obra monumental sobre a revolução franceza, que de todas as virtudes se tinha abusado: que na monarchia o partido da ordem tinha abusado para exercer a tyrannia; que assim os liberais tinham abusado da liberdade para substituir á liberdade a anarchia e a guilhotina. E concluiu elle dizendo: só Deus não abusa dos seus attributos.

O orador trazia isto em resposta ao sr. Marquez de Ficalho para dizer a s. ex.º que se faça o bem, mas que se faça pelo mesmo bem, meditando com circumspecção e gravidade, com conhecimento de causa. Foram estas as razões que actuaram sobre o seu espirito para mandar para a mesa o requerimento que fizera. Ninguém quer negar o pão ao povo, mas o que se não quer tambem é com essa palavra magica da caridade em dar pão ao povo alimentar a coliga de muitos que negam o pão ao povo em quanto procuram lequeptar-se esperando a occasião de tirar o sangue ao mesmo povo. Ninguém mais do que o orador respeita as classes pobres, e designadamente a classe artistica a que já alludiu no outro dia, a qual herdou com o amor do trabalho o amor da virtude. Ninguém respeita mais os artistas, essa classe honrada, que ganha o pão com o suor do rosto. É essa uma classe que se tem corrompido bem pouco, que merece toda a attenção; não lhe pôde querer mal quem conhece que é da harmonia entre todas as classes e da justiça para todos que resulta a boa ordem; o sol nasce para dar luz a todos. Ainda que Deus estabeleceu ordens sociais diversas para o bom regimen dos estados, nem por isso derogou a lei geral de que a cada um se deve reconhecer os direitos que tem.

Deseja que todos vivam debaixo da sombra da justiça, da salva-guarda da lei e da razão; quer que se proceda com circumspecção, que se não vá alimentar a agiotagem, e que se faça uma boa lei. Quando se trouxer á discussão uma lei permanente (que o não é esta) elle orador com as suas fracas forças, com esse pouco talento que Deus se dignou conceder-lhe, ha de tratar a questão no largo campo da economia publica, e ha de apresentar as razões em que se funda, razões que tem actuado sobre o espirito de homens graves e notaveis de diversos paizes da Europa.

Sei concordar abertamente com as idéas de liberdade de commercio que apresentou o sr. conde da Taipá, vae até certo ponto com o que disse s. ex.º, que, para que haja liberdade, é preciso effectivamente que a questão economica do paiz seja devidamente considerada para que se possa proceder com madureza. O sr. Marquez de Ficalho len do certo o que disse Sismondi sobre a protecção ás industrias: s. ex.º sabe tambem o que outros homens notaveis tem dito, como mr. Perrier, Rederer filho e outros sobre a economia publica, o que tudo mostrará quando a questão dever ser tratada em campo mais largo.

O sr. Ministro do reino:—pede a palavra sobre a ordem por parte do governo.

O orador:—pede ao digno par que attenda ás razões que actuaram sobre o seu espirito, e que avalie o seu caracter com aquella benevolencia que lhe é propria, fazendo por consequencia justiça ás razões, porque entendeu que fazendo tal requerimento fazia um serviço ao paiz.

Servissem pois estas palavras de sua defeza (não quer desagrar por não houve agravo), e dada esta satisfação tornaria a pedir a palavra se ainda julgasse necessario entrar mais detalhadamente na questão.

O sr. Ministro do reino (sobre a ordem por parte do governo):—disse que no pouco que tinha ouvido lhe parecia que a discussão versava sobre um requerimento apresentado pelo digno par o sr. Marquez de Vallada, pedindo esclarecimentos relativamente a cereaes. Declarava á camara, por parte do governo, que este não só se não oppõe á apresentação d'esses esclarecimentos, mas que até seria incessantemente enviados todos os que existirem; e sendo de presumir que não haja na camara debate antes de sexta feira, dia em que espera que estejam presentes os documentos pedidos, requeria ao sr. presidente que, no caso de convir a camara, desse então para ordem do dia a discussão d'este objecto, demasiadamente grave, visto que o governo, na presença da diminuição dos depositos que existem na alfandega municipal, não quer tomar sobre si a responsabilidade de demora na resolução d'este negocio.

O orador ouve dizer que parece á camara rasavel a sua proposta; roga portanto que seja tomada na consideração que merecer.

O sr. Barão de Porto de Moz:—repetia não ter intenção de embarcar este negocio, pois achou muita razão ao sr. ministro do reino e ao governo em não querer tomar sobre si a responsabilidade da falta de cereaes. Também elle, orador, não quer tal responsabilidade, por isso ha de votar n'este projecto, com a differença de procurar inserir na lei uma providencia que não ponha todos á mercê dos negociantes d'este genero.

Quanto a dar-se este parecer para ordem do dia de sexta feira está de accordo, mas que sejam presentes tambem os esclarecimentos pedidos, ou que o governo declare que os não tem.

Assim vota pelo requerimento.

O sr. Presidente:—expoz que se achavam inscriptos o sr. ministro da fazenda, o sr. visconde de Balsemão e conde da Taipa, mas, para regularizar a discussão, entendia conveniente votar-se primeiro o requerimento do sr. marquez de Vallada; se não fosse admittido, tratar-se depois da segunda questão: e sendo presentes os documentos a tempo de se poderem examinar pelos dignos pares, entrar na sessão proxima em discussão o alludido parecer.

O sr. Visconde d'Alfegs:—expõe ter pedido a palavra sobre a materia, porque a titulo de ordem só tem ouvido discutir a materia, mas, em presença da proposta do ex.^{mo} sr. presidente, pedia a permissão de fazer algumas observações, rogando que, se porventura saísse da verdadeira ordem, s. ex.^a o advertisse.

Parece-lhe que o sr. presidente acabava de propor a conveniencia de se submeter á votação o requerimento do digno par o sr. marquez de Vallada; e se este fosse approvado que ficaria dependente da remessa dos documentos pedidos o dar-se para a ordem do dia o parecer da commissão de agricultura, sobre o projecto de lei vindo da outra casa. E de opinião o orador que tudo se pôde conciliar, porque os dignos pares os srs. marquez de Vallada e barão de Porto de Moz não disseram que precisavam examinar os documentos com grande antecedencia, mas pediram que fossem enviados á camara para os examinarem os dignos pares, e os terem presentes na occasião da discussão. Ora o governo não tem agora de crear esses documentos, porque já os possui; e parece-lhe portanto, que imprimindo-se este parecer, e distribuindo-se por casa dos dignos pares, poderia ser dado para ordem do dia da primeira sessão, que n'essa occasião talvez já estejam presentes os documentos, ficando assim os dignos pares satisfeitos; ou quando taes documentos não tenham vindo, assiste então aos mesmos dignos pares o direito de propor o adiamento da materia, resolvendo a camara como o entender.

Tendo já dado a hora pedia que se consultasse a camara sobre o que acabava de propor, não querendo contudo cortar a palavra aos dignos pares inscriptos.

O sr. Marquez de Vallada:—expoz que o digno par o sr. visconde d'Alfegs completamente o previra, porque deixava fazer algumas observações analogas ás que s. ex.^a apresentou, por consequencia não tinha mais nada a dizer.

Lembra ao sr. presidente que tinha a palavra para quando estivesse presente o sr. ministro da justiça.

O sr. Visconde d'Alfegs:—pediu se consultasse a camara se o incidente estava discutido, para se poder votar (apoiados).

Consultada a camara resolveu affirmativamente.

O sr. Presidente:—concedeu a palavra para uma explicação ao digno par o sr. conde da Taipa.

O sr. Conde da Taipa:—sr. presidente, devo declarar que, quando fallei sobre a materia, e conclui contra o projecto, não era querer tirar o pão ao povo, mas sim proteger o povo contra aquelles que o querem enganar: ou quero-lhe segurar a sua subsistencia pelos principios da liberdade do commercio, que tem por principios inimigos os que agiotam com as fabricas, e os contrabandistas a quem os direitos prohibitivos na alfandega facilitam o seu infame trafico.

O sr. Visconde d'Alfegs:—havendo já a camara decidido que o incidente estava discutido, restava completar o requerimento d'elle orador, e assim pedia que se pozesse á votação para se saber se a camara entendia este negocio da mesma forma que elle.

O sr. Presidente:—pedindo attenção, expoz que havia consultado a camara se o incidente estava discutido, mas não a consultara sobre se approvava a indicação do sr. visconde d'Alfegs, o que passava a fazer.

A camara resolveu affirmativamente.

O sr. Presidente:—observou que a hora já havia dado, mas o sr. marquez de Vallada tinha a palavra para dirigir uma pergunta ao sr. ministro da justiça.

Vozes:—já deu a hora.

O sr. Marquez de Vallada:—declarou que não exigia fallar n'este dia, mas não cedia da palavra quando o sr. ministro da justiça se apresentasse na camara, porque tinha direito de fallar e de ser ouvido. Pedia portanto que se lhe reservasse a palavra para antes da ordem do dia da sessão seguinte.

O sr. Visconde de Balsemão:—lombrou haver uma resolução da camara para se fechar a sessão tres horas depois de ser aberta, e visto que se não faz caso d'esta deliberação, desceja que este precedente ficasse consignado na acta, para se mostrar que a camara vive contra as suas proprias decisões.

O sr. Presidente:—pediu aos dignos pares que se conservassem nos seus logares, porque havia tres requerimentos a votar, um do sr. visconde da Granja, outro do sr. marquez de Vallada, e outro do sr. barão de Porto de Moz.

Vozes:—não ha numero.

O sr. Visconde de Balsemão:—expoz haver uma decisão da camara para que se possa votar com metade e mais um do numero de dignos pares com que se abriu a sessão.

Procedendo-se á verificação se havia ou não numero legal de pares, verificou-se que existia, e foi approvado o requerimento do digno par o sr. visconde da Granja.

O sr. Marquez de Vallada:—não sabia se o numero que existia na sala era o marcado no regimento, e apresentava esta lembrança á consideração do sr. presidente.

O sr. Visconde d'Alfegs:—observa ao digno par que, depois do regimento, ha varias propostas approvadas que lhe servem de addicionamento, e o prejudicam na parte co-relativa. Parece-lhe que foi o anno passado que se deliberou, que, quando na sala estjea presente metade e mais um do numero com que a sessão se abriu, poderia haver votação.

O sr. Visconde de Balsemão:—lembra-se d'essa proposta, mas parece-lhe que as votações só podem recair sobre objecto da materia da ordem do dia.

O sr. Visconde d'Alfegs:—expoz que, tendo havido diferentes propostas sobre o objecto, a ultima, que fora do sr. conde de Thomar, não estava concebida na forma por que a apresentava o digno par: não ha n'ella excepção alguma; é para todo e qualquer objecto que se apresentar á discussão.

O sr. Presidente:—consultou a camara sobre o requerimento do sr. marquez de Vallada.

Este requerimento foi approvado.

Determinou que a ordem do dia da proxima sessão, que devia ter lugar no sabbado, 24, fosse a discussão do parecer da commissão de agricultura sobre o projecto para a livre admissão dos cereaes, parecer que se mandava imprimir e distribuir por

casas dos dignos pares. Declarou fechada a sessão.—Eram cinco e meia horas da tarde.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 21 de março de 1860

Os srs. visconde de Laborim; duque da Terceira; marquezes de Ficalho, de Fronteira, de Niza, da Ribeira, de Vallada; condes das Alcaçovas, de Arachella, do Bomfim, do Farrobo, de Mello, de Peniche, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, do Sobral, da Taipa, de Vímioso; viscondes do Algue, de Athogua, de Balsemão, de Benagzil, de Castelfelices, de Castro, de Fonte Arcada, de Fornos de Algodres, da Granja, de Sá da Bandeira; barões de Arruda, de Pernes, do Porto de Moz; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, Aguiar, Larcher, Silva Costa, Izidoro Guedes, Eugenio de Almeida, Fonseca Magalhães, Brito do Rio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 29 DE MARÇO

PRESENCIA DO EX.^{mo} SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Estavam presentes 72 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

CORRESPONDENCIA

1.^o Um officio do ministerio da fazenda, acompanhando o mappa pedido pelo sr. Nentel, dos direitos do pescado em Albufeira, Armação de Pera, Terragudo, e Villa Nova de Portimão nos annos de 1857 a 1859.—Para a secretaria.

2.^o Uma representação da camara municipal do Vímioso, pedindo a approvação do projecto apresentado na sessão de 27 de fevereiro, para que promptamente se faça a estrada de Bragança ao Caes das Cabanas na Foz do Sabor.—A commissão de obras publicas.

3.^o Dos egresos de diferentes partes da provincia do Minho, pedindo o pagamento das suas prestações por inteiro.—A commissão de fazenda.

4.^o Dos egresos residentes no Peso da Regua, e em diversas terras de Trás os Montes, pedindo o mesmo que a antecedente.—A mesma commissão.

5.^o Da camara municipal de Almeida, pedindo o estabelecimento de uma cadeira de grammatica latina na praça d'este nome.—A commissão de instrução publica.

6.^o Da mesma camara municipal, pedindo a creação de uma camara, cuja sede seja Almeida.—A commissão de estatística.

7.^o Da camara municipal de Villa Pouca de Aguiar, pedindo que se approve a estrada de Braga a Guimarães por Fafe, Basto, Ribeira de Pena, e Villa Pouca de Aguiar.—A commissão de obras publicas.

8.^o Da camara municipal de Ribeira de Pena, pedindo que se sustente a directrix pelo centro das provincias do norte, como se acha indicada no contrato de estradas Langlois.—A mesma commissão.

9.^o Da camara municipal de Thomar, pedindo a feitura da estrada dos Cabanos, e a construção da da Barquinha.—A mesma commissão.

10.^o Da camara municipal de Obidos, pedindo o reparo das estradas de Obidos a Lisboa, e de Obidos a Peniche.—A mesma commissão.

Manda-se communicar ao governo a seguinte nota de interpeção:

Pego ser inscripto para tomar parte na interpeção annunciada pelo nobre deputado Gavicho, relativa a negocios do Douro.

Sala da camara, em 28 de março de 1860.—Pinto Osorio.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

Renovo a iniciativa do projecto de lei, que na penultima sessão legislativa foi presente á camara pela commissão de instrução publica, propondo a criação de uma cadeira de mechanica, applicada na universidade de Coimbra. E requiro que ao dito projecto se junte a consulta da faculdade de mathematica em que se pedia a criação de uma cadeira de geometria descriptiva, se por ventura este documento existir na secretaria; remetendo-se um e outra á respectiva commissão.

Sala das sessões da camara, 28 de março de 1860.

—Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado pelo circulo 81.

A commissão de instrução publica.

Tem igualmente segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.^o Do sr. Mousinho de Albuquerque, supprimindo o logar de medico de partido do real collegio militar.

Admittido e enviado á commissão de guerra.

2.^o Do sr. Costa e Silva, estabelecendo o modo de contar o tempo para a reforma aos empregados civis que servirem no ultramar.

Admittido, e enviado á commissão do ultramar.

3.^o Do sr. Affonseca, diminuindo os direitos de alfandega em alguns generos de primeira necessidade para a agricultura e para os lavradores.

Admittido e enviado á commissão de fazenda.

4.^o Do mesmo sr. deputado, estabelecendo os direitos permanentes que devem pagar os cereaes estrangeiros, cuja introdução permite.

Admittido e enviado á commissão de agricultura.

Resolve-se, a pedido do sr. Affonseca, que estes dois ultimos projectos sejam impressos no *Diário de Lisboa*.

O sr. Affonseca:—envia para a mesa um requerimento de João Placido da Veiga, ao qual pede se dê o andamento devido.

O sr. Visconde de Pindella:—por parte da commissão de agricultura, envia para a mesa o parecer da mesma sobre um projecto de lei apresentado pelo sr. Telles de Vasconcellos.

O sr. José Estevão:—envia para a mesa um requerimento da sr.^a condessa das Antas, em que, ponderando os serviços de seu fallecido marido, pede se lhe conceda uma pensão.

Pede, não havendo inconveniente, que este requerimento seja logo remetido ás commissões que hão de entender sobre elle.

O sr. Presidente:—segundo o estylo, e o mais regular é mandarem-se estes requerimentos á commissão de petições, e esta dar-lhes o andamento que julga mais conveniente.

O sr. Coelho do Amaral:—manda para a mesa um requerimento de alguns officiaes inferiores do exercito, que deram baixa em virtude de acontecimentos politicos posteriores a 6 de outubro de 1846, e aos quaes não aproveitaram as disposições da lei de 17 de julho de 1855, pedindo que essas disposições se lhes façam hoje extensivas.

Recommenda tambem a commissão respectiva a pretensão dos infelizes ex-alleres da junta do Porto, que ao passo que os seus commandantes, a cujas ordens obedeciam, estão hoje indemnizados de todos os prejuizos que lhes resultaram d'esse acontecimento politico, estes desgraçados ficaram completamente abandonados.

O sr. Silva Cabral:—envia para a mesa uma representação de cento e dezoito proprietarios e lavradores do concelho da Chamusca, que representam contra as medidas financeiras do sr. ministro da fazenda, e contra o contrato Salamanca.

O sr. Lopes Branco:—apresenta um projecto de lei, que tem por fim prover á construção e conservação dos caminhos de districto, caminhos visinhães e caminhos ruraes, dividido em quatro titulos, em cada um dos quaes se acham estabelecidas as diversas providencias para aquelle effeito. E atten-

dendo á importancia d'este projecto, pede que elle se imprima no *Diário de Lisboa*.

Aproveita a occasião para apresentar duas representações, uma da santa casa da misericórdia da cidade do Porto, na qual aquelle estabelecimento de caridade pede a esta camara, que se pague o credito de quasi 200.000.000 réis, de que o estado lhe é devedor, chegando a dizer, que depois de ter perdido por muitas vezes que se lhe faça justiça, se ainda agora não for attendida, nunca mais requererá. A santa casa expressa o seu sentimento, ao ver que outros credores do estado têm sido mais felizes, porque se lhes attendeu ao pagamento dos seus creditos, não estando nas circumstancias de merecerem mais attenção. Não obstante terem vindo á santa casa da misericórdia do Porto grandes socorros da caridade publica, ainda pesa no seu orçamento um deficit de 12.000.000 réis, a que se provê annualmente por meio de esmolas extraordinarias; e, por todas as razões que expõem e pelas que constam da representação, de esperar que a illustre commissão de fazenda tome agora esta representação na consideração de que é digna.

A outra representação é de trinta possuidores de titulos azues, que pedem que a camara vote os meios necessarios para serem indemnizados d'este capital, que o credito do estado e a boa fé lhes garantiram. Queixam-se de terem representado mais vezes sobre este objecto, especialmente em 1857, e de não terem sido attendidos, havendo-o sido os possuidores de outros titulos; lembrando ainda outra vez n'esta occasião, que se lhes podiam passar inscrições com assentamento na junta do credito publico, como se tem feito a outros credores, ou novos titulos admissíveis na compra de bens nacionaes, com o valor de 60 por cento; e concluindo que de qualquer modo se lhes vote algum meio de indemnização. Pede por isso que esta representação seja igualmente remetida á commissão de fazenda, para ter na consideração que merece o que estes credores pedem á camara, com fundamentos de tanta justiça.

O sr. Cypriano Costa:—envia para a mesa uma representação da camara municipal Monte-mór, em que pede que a directrix do caminho de ferro que se ha de fazer das Vendas Novas para Evora não passe ao sul, mas sim ao norte de Monte-mór, proximo á villa, aonde se pôde formar a estação muito mais convenientemente.

O sr. Nentel:—envia para a mesa um projecto de lei.

O sr. Gomes de Castro:—manda um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Thiago Hortá:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do Sardoal, pedindo se lhe conceda um edificio, pertencente á fazenda nacional, onde possa estabelecer as repartições do municipio e judicias; e pede que a representação seja mandada á commissão de fazenda, reservando-se para quando ella der o seu parecer mostrar a justiça d'esta pretensão.

O sr. Monteiro Castello Branco:—envia para a mesa um requerimento.

O sr. Azevedo e Cunha:—remette para a mesa um requerimento dos quartéis-mestres dos corpos da capital, pedindo se lhes dê uma gratificação mensal de 10.000 réis.

ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO N.^o 13

SOBRE CAMINHOS DE FERRO

O sr. Carlos Bento:—continuando o seu discurso interrompido na sessão antecedente, observa que tinha apresentado hontem á camara alguns documentos que demonstravam que não havia exactidão em algumas das asserções do sr. ministro das obras publicas, em relação a s. ex.^a ter dito que se tinham feito importantissimas economias no caminho de ferro de leste. Não attribue de maneira alguma a falta da realisação d'aquellas economias á administração d'aquelle caminho, porque ninguém melhor do que elle sabe a intelligencia e honradez de caracter do individuo que dirigia a exploração d'aquelle caminho: entretanto o cavalleiro que esteve á testa d'aquella administração, se carecesse de outra prova da illustração que o distingue, bastava o relatório que foi publicado no Boletim do ministerio das obras publicas para mostrar que entre nós ha especialidades, e que aquelle relatório não só faz honra ao individuo que o redigiu, como ao paiz onde elle appareceu.

Repete que os dados estabelecidos demonstram que a despesa efectiva não tinha diminuido na exploração do caminho, nem mesmo no pessoal; e uma cousa que o sr. ministro das obras publicas não pôde ignorar é que as verdadeiras economias a effectuar no caminho, dependiam da construção de officinas que tivessem certas condições, e não separadas por uma grande distancia, do ponto da actividade da exploração do caminho, d'onde resultavam grandes despesas, sem que se tivesse podido obter a este inconveniente. Um caminho em que o serviço das mercadorias foi recentemente estabelecido, e em que existe para os passageiros uma tarifa differencial, é o motivo porque o producto liquido d'aquelle caminho era, e não podia deixar de ser negativo.

E vem a proposito declarar que se não conforma com a idéa apresentada ao parecer, de que a subvenção tem sempre um caracter fixo; a subvenção tem uma preferencia decidida sobre o minimo do juro; por que a subvenção assegura uma exploração em condições favoraveis. Não é isso porém o que succede entre nós, porque, desenganemo-nos, a subvenção dentro de certos limites concorre para dar garantias de boa exploração, mas não é uma garantia absoluta; hoje calculam-se como despesa do caminho de ferro os juros dos capitales empregados na sua construção; logo quanto menor for o capital social empregado no caminho, tanto maior é o producto liquido do mesmo caminho.

Não lhe parece exacta a asserção das commissões, quando dizem: «sobre tudo isto, senhores, o methodo da subvenção é o mais geralmente seguido hoje nos paizes que se preocupam dos seus interesses». Parece-lhe que a proposição opposta se pôde sustentar com mais fundamento; parece-lhe que pôde provar que a garantia do minimo do juro é o sistema mais geralmente seguido nos diferentes paizes no momento actual, a não ser no reino visinho, onde a subvenção tem uma decidida preferencia. Mas a subvenção na nação visinha, como já disse o sr. Ayala, não se realiza do mesmo modo que entre nós, não tem o inconveniente que entre nós tem os nossos titulos para realizar os capitales necessarios para essa subvenção. Entre nós não se pôde realizar esta subvenção sem sacrificar o estado das nossas finanças.

A nossa situação financeira não é desesperada, mas não estamos de certo na melhor das situações possiveis; estamos n'uma distancia respeitavel de semelhante estado, e todo o cuidado é pouco para o não aggravar.

O sistema da subvenção é uma questão que se não pôde desligar da questão de fazenda. O sistema da subvenção não se pôde dizer que seja uma base fixa, quando é variavel o meio de se realizar a somma necessaria para a satisfazer. Como se pôde dizer que seja uma base fixa a subvenção que se va conceder a um caminho, quando se ignora o preço por que se hão de realizar os capitales para a satisfazer?

O governo deve empregar todos os meios para que nós demos uma menor subvenção, sem que o concessionario receba menos nem um real do que

lhe está promettido no contrato social, e para isso se conseguir é preciso que os meios a empregar para realizar o capital, sejam os menores possiveis, e as economias que se podem desde já fazer n'este sentido são as que resultam de consolidar o nosso credito publico (apoiados).

Estamos nós em estado de fazer ver ao paiz que, segundo o systema que adoptamos, podemos realizar o capital necessario para satisfazer esse caminho em circumstancias vantajosas para o nosso futuro financeiro? Parece-lhe que não.

Em primeiro logar as dotações votadas para os caminhos de ferro têm sido distralhidas; todos os governos têm feito o mesmo, é verdade, porque todos têm lutado com um grande deficit; mas nem todos têm recorrido a desvios d'estas sommas na mesma quantidade, e nem todos têm sacrificado os titulos de divida pelo mesmo preço (apoiados).

Examinando os documentos apresentados pelo sr. ministro da fazenda, a que vemos nós? Vemos que tendo sido distralhidos em dois annos, até 17 de março de 1859, 900.000.000 réis da sua devida applicação, desde essa data até 30 de novembro de 1859, quer dizer oito mezes e meio depois d'essa epocha têm sido distralhidos da sua legal applicação 2.300 e tantos contos; resultando uma differença para cima de 1.400 e tantos contos de réis em oito mezes e meio. Já se vê que estas circumstancias não são as mais favoraveis, se a camara não for bastante rigorosa na adopção de medidas que obtem a que as dotações do caminho de ferro sejam um meio indirecto para supprir o deficit do orçamento (apoiados).

Não é esta a occasião de tratar com todo o desenvolvimento o objecto importante a que va referir-se, mas não pôde deixar de alludir a elle de passagem.

Entende que foi uma transacção séria, e não muito feliz para o paiz, aquella pelo qual se contratou uma forte emissão de inscrições, prendendo-se a liberdade do governo de negociar outras emissões, durante um tempo determinado a não ser com a casa com que se contratou; e entende mesmo ter havido n'isto um excesso de attribuições do governo (apoiados). Não cre, não suppe que o governo tivesse poder para alienar a sua liberdade e a dos seus successores, contratando com algum e prendendo-se durante um anno economico a respeito da venda de titulos de divida fundada (apoiados).

Entende que estas circumstancias são desfavoraveis, e podem, se não forem convenientemente attendidas e melhoradas, aggravarem os sacrificios que temos a fazer para estes melhoramentos, que nos hão de ser tanto mais vantajosos quanto mais vantajosos forem os preços dos titulos para satisfazer a subvenção. Reduzia a estes termos as observações que tinha a fazer relativas á questão de fazenda, por não estar presente o sr. ministro da repartição competente.

Depois de estudar com alguma attenção os artigos do projecto, declara que acabou por se entender menos do que elle entendia a principio. Não diz isto porque os membros das commissões não tenham a capacidade sufficiente para que o seu trabalho tivesse a necessaria clareza, mas attribue isso a outras circumstancias, que na sua opinião explicam as difficuldades a que allude.

N'este parecer propõem-se modificações, mas para quando e como? Em um caso determinado, quando haja uma companhia que mereça a confiança do governo. E se essa companhia se demorar ou deixar de apparecer, o que acontece? Diz a commissão: «faz-se o caminho nas condições em que se contratou originalmente». Se isto é assim, dado o caso que não seja possivel formar a companhia, como podemos nós ficar com um caminho, que, na opinião das commissões, offerece tantos inconvenientes que entenderam não poder ser approved sem modificações? De duas uma, ou havemos de ficar com um caminho deficitoso, ou então o governo já está excessivamente disposto a satisfazer-se com qualquer companhia que apparecer, para obviar a este inconveniente.

O sr. ministro autorisou já provisoriamente a feitura de obras, segundo as modificações que esta camara ainda tem a approvar; por consequencia, os emprezarios estão já fazendo as obras como tem de ser feitas, no caso de ambas as camaras approvarem, e o monarcha sancionar a lei que autorisa essas modificações. E se por acaso, feitas as obras d'essa forma, não apparecer a companhia, que faz o governo? Manda estabelecer a segunda via? Manda estreitar os tunneis que foram feitos de uma certa forma, ou sujeita o emprezario a conservar esse sistema de dimensões e outros melhoramentos a que não era obrigado pelo contrato originario? Dado o caso que não seja possivel formar uma companhia que agrade ao governo, e dê garantias de respeitabilidade, sujeita-se o concessionario ás condições em que se deve achar, se o governo lhe disser d'aqui a pouco tempo: «executae as obras relativamente necessarias para o estabelecimento da segunda via»? Não vê em todos os documentos nenhum assignado pelo concessionario, pelo qual elle se obrigue a isto.

Parece-lhe, pois, que este artigo deve ter outra redacção.

A pretexto de que eram insufficientes as dimensões do caminho, na opinião de muita gente, e muito competente, foram propostas dimensões muito mais insufficientes do que as que estavam consignadas! Diz-se que o prazo estabelecido para a conclusão dos dois caminhos era pequeno; fizeram-se modificações no contrato, encurtaram-se esses prazos, o diz-se que o concessionario fica assim em muito melhores circumstancias! No contrato originario estabelecia-se, que, se o concessionario não tivesse concluido o caminho de leste dentro de tres annos, e o do norte em cinco, o contrato podia-se immediatamente rescindir, e levar as obras á praça. Este artigo foi modificado, ficando o prazo de tres annos, estabelecido para a conclusão do caminho de leste, reduzido a dois annos e meio, e o do norte, que era de cinco annos, reduzido a quatro annos; e a respeito d'este ainda appareceu outra modificação; o concessionario na sua carta promettia acabar o em tres annos, mas a commissão, desconfiando de tanta rapidez para atravessar o Douro, deu mais um anno.

Mas estabelecido este novo prazo, qual é a penalidade que se estabelece ao concessionario, quando o deixar de concluir as obras n'este tempo? Não vejo nenhuma.

Se se não formar a companhia, fica o concessionario obrigado a cumprir o contrato originario; isto é, fica obrigado a fazer os trabalhos para a segunda via; e se os não fizer, tem o governo o direito de fazer executar? Por quem? A conta de quem? Em todos os contratos se costumam estabelecer disposições a este respeito. Mas a sua duvida ainda não é esta; a sua duvida consiste no direito com que o governo deve ficar para rescindir o contrato. A camara tem visto que as proprias disposições claras do contrato não se subiram a interpretações que parece não estarem coherentes com o seu espirito. Pelo projecto e modificações em discussão ha dois prazos de tempo, um para concluir os caminhos segundo as novas disposições, outro para os acabar pelo contrato primitivo. A falta da conclusão dos caminhos n'estes prazos, segundo a circumstancia de vigorarem ou não as modificações, importa uma falta; e se ella se der, qual é a penalidade que se estabelece? No contrato original estabelecia-se o direito de rescisão, se os caminhos não estivessem promptos; e porque se não ha de

estabelecer agora tambem? Quer dizer, nós depois de termos concedido um favor, ficamos em muito piores circumstancias do que se o não tivessemos concedido.

E n'este ponto deve declarar, que tambem chegou ao resultado de um calculo a respeito da importancia dos trabalhos de que é dispensado o concessionario, e parece-lhe ser mais aproximado da verdade do que aquelle que se estabeleceu sobre os dados de um auctor estrangeiro, porque não obstante o auctor d'este calculo ser tambem estrangeiro, com tudo estabeleceu em relação a dados do nosso paiz. O engenheiro Vatiez, que foi encarregado de estudar os nossos caminhos de ferro, calculou os movimentos de terra e outras obras na linha de Lisboa ao Porto n'um sexto do custo do caminho, e na linha á fronteira em um quinto, o que se aproxima muito da somma calculada pelo sr. Lobo d'Avila.

Mas, voltando ainda á questão, não sabe se os srs. ministros entendem que não ha difficuldade nenhuma na intelligencia d'este artigo; declara, com toda a sinceridade, que o acha muito obscuro, e suppe que sem que haja uma declaração a este respeito, não se poderá saber qual é o prazo que definitivamente está estabelecido para a formação do caminho, e esta confusão nasce segundo a forma por que está organizado o parecer. Ha dois contratos que subsistem; ha o contrato original, que está a viver ao pé das modificações, e por isso rejeitando algumas das modificações, não sae do contrato.

Não diz, como os srs. ministros suppeem que dizem os que combatem as modificações: «vamos á praça»; mas diz: «vamos ao contrato, não modificação, a respeito do qual nem mesmo ha a duvida do emprezario deixar de o querer manter, porque elle declara que presiste nos seus compromissos». Diz-se, porém, que o contrato inicial é absurdo, que encerra muitas duvidas. Discutindo-se os artigos d'esse contrato n'uma assembleia onde se não invocassem considerações politicas, talvez essas duvidas se não offerecessem; mas, embora as haja, o juizo arbitral que decida, porque suppondo que elle decida contra nós, ha de ser depois de esgotadas todas as garantias, teremos então o que se pretende agora, sem recorrer a essas garantias.

Pela sua parte vota pelo contrato, apenas com as duas modificações, em quanto ás tarifas e ao calculo do rendimento bruto. E já não foi bem recebida esta concordancia, porque se disse, que quem era tão rigoroso na execução do contrato, não devia admitir modificação alguma; mas parece-lhe que é uma homenagem aos principios a apreciar as difficuldades em que um individuo se encontra, e transigir em pontos, nos quaes não se pôde deixar de transigir. O que isto prova é que a base das tarifas foi uma má base adoptada para um concurso. Quando o governo vem dizer que as tarifas eram um absurdo, que se segue de um concurso, para o qual uma base era absurda? E a camara sabe qual é a religião do governo a respeito de concursos. A camara, dentro em breves dias, tem de se occupar de uma questão de estradas, para que houve um concurso, para que houve concorrentes, e houve a declaração de um concorrente que, desde logo, se compromettia a um lance mais favoravel para o estado na importancia de 140.000.000 réis, mas que o governo não pôde aceitar, preso pelo seu respeito ao principio dos concursos. Confessa que já lhe aconteceu o mesmo, e está presente um cavalleiro que sabe muito bem, que houve uma companhia de capitalistas nacionaes, que lhe pediu a modificação de uma das disposições do seu contrato, offerecendo uma compensação vantajosa; mas tinha havido um concurso, e não pôde convir na modificação. Entende, porém, que a religião dos concursos não se modifica com a forma que se lhe quer dar. Se o concurso é uma cousa respeitavel para o governo, tambem o deve ser para as camaras; se os concursos dão um direito, não deve ser modificado pelo governo, nem pelas camaras. Mas como é que o mesmo governo, na mesma occasião, no mesmo paiz, na mesma lingua, havendo dois concursos, modifica um, assegurando vantagens ao emprezario, e entende que não se pôde modificar o outro, quando d'essa modificação resultava vantagem ao paiz?

Como entenda ás modificações apresentadas pelas commissões offerece o contrato inicial apresentado em 18 de fevereiro de 1860, e offerece-o na certeza de que não é um expediente illusorio, porque o individuo que contrahou aceita esse mesmo contrato na actualidade, como então o tinha celebrado. Tambem está de accordo com o sr. ministro do reino, em que se o concessionario depois de empreender os trabalhos, viesse mostrar á camara que circumstancias extraordinarias o obrigavam a pedir a protecção do governo e da camara, ninguém negaria que proteção lhe fosse dada (apoiados). Empreenda as obras, e tenha a certeza de que a nação portugueza que tem muitas vezes pago o que não deve, não pôde deixar de pagar o que deve (apoiados—vôzes:—muito bem).

A requerimento do sr. Pinto Martins julga-se a materia discutida na generalidade por 110 votos.

Posto o projecto á votação é approved por 123 votos contra 12.

A requerimento do sr. José Estevão resolve-se que se dispense o regimento para se passar desde já á especialidade.

Approva as duas modificações contidas no § 1.º do artigo, não lhe parecem de grande monta, e parecem-lhe mesmo razoáveis, porque são, como diz o sr. Salamanca, meras alterações das estipulações do contrato; mas não pôde aprovar as condições da terceira modificação, que vêm mencionadas no § 2.º do artigo, porque uma d'ellas é altamente onerosa para o país, e duas, que se reputam compensações dos sacrificios que se lhe impõem, de maneira nenhuma os compensam.

No contrato estabelecia-se que a epocha em que o concessionario tinha obrigação de assentar a segunda via, fosse aquella em que o producto bruto da exploração chegasse a 4:860\$000 réis no caminho de leste, e a 5:832\$000 réis no caminho do norte; porém nas condições da terceira modificação acham-se estas sommas reduzidas na via de leste a 4:500\$000 réis, e na do norte a 5:400\$000 réis. Ha pois um abatimento na via do norte de réis 432\$000, e na de leste de 360\$000 réis. Este abatimento é tal que não se pôde chamar compensação de sacrificios.

Todos dizem que o caminho de leste ha de ser mais rendoso, e esta é a opinião do sr. Salamanca, porque reservou para si a exploração d'elle durante os trabalhos da construção dos caminhos, e não quiz a exploração do caminho do norte, que fica para a companhia; e é também esta a opinião dos illustres membros da commissão, que puzeram no contrato a clausula de que a construção de um caminho marcharia a par e passo com a construção do outro, como para compellirem o concessionario a não deixar para mais tarde a construção do caminho do norte. Sendo isto assim, estranha que se marcasse uma somma maior para a via menos productiva, qual é a do norte, e uma somma menor para a mais productiva, como é a de leste; quando o racional era fazer o inverso, para se chegar ao mais depressa possível ao assentamento da segunda via em ambos os caminhos.

No contrato tinha-se estabelecido que o concessionario seria obrigado a fazer desde já todos os movimentos de terra para a primeira e segunda via, e a assentar logo a primeira, reservando-se o assentamento da segunda para quando chegasse a epocha marcada no mesmo contrato; porém, nas condições da modificação estabeleceu-se que o concessionario faria só os movimentos de terra e o assentamento de uma via, reservando-se os movimentos de terra e o assentamento da segunda via para quando chegar a epocha ali marcada. Em vista d'isto apresenta estas duas proposições: 1.ª, o adiamento dos movimentos de terra não é necessário; 2.ª, o adiamento dos movimentos de terra é-nos muito prejudicial e muito prejudicial á companhia.

Para demonstrar a segunda proposição, pergunta ao illustre ministro das obras publicas, quem fica com a obrigação de fazer a segunda via quando chegar a epocha marcada na modificação? É o concessionario ou é a companhia? É o concessionario, porque é quem recebe a subvenção do governo, e é quem recebe 130 e tantos mil francos da companhia. Mas pôde acontecer formar-se a companhia, o concessionario fazer a primeira via, e depois de approvada pelo governo, entregá-la á companhia, e ir-se embora na paz do Senhor antes da epocha marcada para se fazer a segunda; ou pôde acontecer que o concessionario quebre, apesar de muito respeitavel, ou que morra e quebrem os herdeiros; e qual é a garantia marcada na modificação que assegura á companhia o cumprimento, por parte do concessionario, d'esta obrigação de fazer a segunda via? Não ha nenhuma. Se não ha nenhuma, o governo ha de proceder contra a companhia pela condição 6.ª. É que ha de fazer a companhia no caso do concessionario ter quebrado? Ha de chama-lo á autoria? Para que, se elle não tem real com que pague? Já se vê que a final quem ha de fazer a segunda via é o governo, porque o governo não pôde compellir a companhia a fazer a segunda via, tendo-a ella já pago ao concessionario, assim como também o governo. Logo o adiamento dos movimentos de terra é prejudicial não só para o país, mas para a companhia.

Para demonstrar a primeira proposição, isto é, que o adiamento dos movimentos de terra não é necessário, adduz um trecho do relatório que precede a proposta sobre que rege o projecto em discussão. O illustre ministro diz no seu relatório que a repugnancia que tinham os capitalistas e entrar na companhia tinha sido o motivo pelo qual elle havia oscillado a favor d'esta modificação; mas como essa repugnancia dos capitalistas tinha desaparecido, oscillava contra ella. Está portanto provado pela autoridade do illustre ministro a desnecessidade do adiamento dos movimentos de terra.

Também se fundou n'outra autoridade igualmente respeitavel, que é o sr. Salamanca, o qual diz que, se lhe não approvarem as modificações, não duvida cumprir o contrato; porque elle não nos pede modificações, não nos pede sacrificios, o que nos pede é a clausula; e nós em lugar de a clausula damos-lhe um grande presente; e um presente poder-se também uma a clausula, mas é a clausula de nova especie. Logo também esta autoridade fundamenta a sua primeira proposição. Outra razão conclusivissima é que o governo trouxe aqui uma proposta de lei, e essa proposta admite só duas modificações, e não trata da terceira, que diz respeito ao adiamento dos movimentos de terra. Ora, o illustre ministro não podia trazer á camara essa proposta sem se ter entendido previamente com o concessionario; já havia de saber se elle estava prompto a fazer o caminho só com as duas modificações, ou se instava pela terceira; logo se s. ex.ª omitiu a terceira é porque o concessionario conveio na eliminação. E portanto também isto prova a favor da primeira proposição.

Demonstradas as duas proposições, acrescenta ainda esta, que o adiamento dos movimentos de terra para a segunda via é um sacrificio para que não estamos preparados, como vai demonstrar.

Sem se metter a calcular a despesa em que hão de importar os movimentos de terra, a verdade é que, em chegando a epocha marcada, o concessionario tem de fazer uma grande despesa. Ora, como uma empresa de caminhos de ferro pôde ter muito producto bruto e pouco producto liquido, em quanto que outra pôde ter o inverso, o concessionario, quando chegar a epocha marcada, ha de calcular qual é o seu rendimento liquido tendo os caminhos uma via, e qual será esse rendimento liquido tendo duas; e gastando elle um grande capital na segunda via, e tendo de metter em conta os juros d'esse grande capital, se o rendimento liquido das duas vias lhe der menos que o rendimento liquido de uma só, não tem interesse nenhum em assentar a segunda via, pelo contrario é seu interesse não a assentar.

Se isto acontecer, elle ha de empregar todos os meios para não assentar a segunda via, e ainda ha de fazer mais, ha de empregar todos os meios para que não appareça a quantidade do producto bruto que se marca nas condições, e tem muitos modos para occultar esse producto bruto, porque todos sabem a difficuldade que ha na fiscalização do producto bruto de uma companhia d'esta ordem.

O sr. Nogueira Soares já confessou francamente que temos uma grande perda, no caso da remissão se fazer antes de chegar a epocha para o assentamento da segunda via. É verdade que o sr. ministro do reino, com a subtileza que lhe é propria, e que, elle orador, lhe reconhece, disse que não havia perigo nenhum no caso de remissão, por que para o governo remir, havia uma de duas: ou a empresa dá perda ou ganho; se dá perda o governo não quer

remir, e se dá ganho também não reme, porque tem de pagar uma grande somma, e os juros que tiver de levantar para esse fim, não de estar na proporção do rendimento (uma voz:—não disse isso). Parece-lhe que o sr. ministro disse, que se a empresa dava perda não queria remir (apoiados). Mas mesmo dando perda, entende que ha de haver casos em que o governo ha de remir, porque pôde haver casos de força maior que a isso o obrigue. Pôde ser que a companhia asseberbe de tal modo o governo que o obrigue a essa remissão. E não é isto um caso novo. Grandes companhias em nações pequenas é necessario ter cautella com ellas: as nações grandes brincam com isso, mas não succede o mesmo com as nações pequenas.

Mas se o argumento do sr. ministro do reino quanto á remissão, escapa pela sua subtileza, não escapa quanto ao caso da rescisão do contrato. Pois que dizem os artigos do contrato? Dizem que verificando-se certas hypothese em que tem lugar a rescisão, esta se verificará, e se estas hypothese se derem antes de chegar a epocha para o assentamento da segunda via, o governo ha de necessariamente receber o caminho sem a segunda via. Parece-lhe que os artigos 66.º e 67.º são bem claros, e o que acontece é que o governo fica no caso da rescisão, com um caminho com uma só via, tendo dado subvenção para duas vias.

Está de accordo, por que é franco e leal, com a doutrina do sr. ministro do reino, quando diz que pagando-se a subvenção toda por inteiro e adiantando-se a feitura da segunda via, perdemos só os juros dos capitães que o concessionario devia empregar desde já na feitura d'essa via, por que chegando a epocha ha de fazer a segunda via e gastar essas capitães, por que é diverso o adiantamento da despesa de assentar a segunda via.

Mas aqui ha outra cousa a considerar: não é se este sacrificio é maior ou menor, é o que ha de justiça n'isto: o que ha de justiça n'isto é, se se quer adiar a feitura da segunda via, deve-se descontar na subvenção a parte correspondente á segunda via; e este respo é-nos muito util. Nós que esperamos um grande desenvolvimento na nossa agricultura e no nosso commercio; nós que esperamos que os caminhos de ferro hão de trazer um grande acrescimo de riqueza nacional, quanto mais tarde, mais habilitados estaremos para poder pagar. Agora estamos afogados com a dívida interna e externa, com o deficit e com todos os encargos que pesam sobre o thesouro, e então este respo é a seu ver de alta importancia.

Tinha protestado não trazer para aqui o contrato Petto, mas não tem remedio se não defender-se: não argumenta com elle, mas tem direito de se defender porque era membro do governo quando esse contrato se celebrou.

Disse o sr. ministro do reino: «vós consideraes agora que se faz um presente ao sr. Salamanca, e não considerades presente, quando fizestes um contrato com o sr. Petto, pelo qual elle faria os movimentos de terra para duas vias, mas só assentaria a segunda via em certa epocha». Parece-lhe que as cousas são diversas. Acólá o contrato Petto estabeleceu como objecto d'este contrato os movimentos de terra para as duas vias, assentando-se em certa epocha a segunda via, e sobre esta base se negociou a subvenção; aqui ajuntou-se a subvenção para os movimentos de terra, e assentamento de duas vias, e agora querem-se adiar os movimentos de terra e assentamento da segunda via para depois. Parece-lhe que isto é que é um presente, em quanto acólá o não houve.

Mas as outras duas modificações seriam compensação equivalente a este grande sacrificio? Se o forem vota pela terceira modificação, se o não forem não vota, porque não está autorisado a fazer favores: só pôde fazer justiça.

A primeira compensação que faz o concessionario é a largura das vias. Dens o livre de entrar na parte tecnica d'esta materia, que tem sido discutida e tratada pelos homens competentes.

O sr. Salamanca diz que não se aceitando a modificação para a dispensa dos movimentos de terra para a segunda via, estava prompto a fazer o contrato, mas reservava-se o direito de seguir a sua justiça diante dos tribunales portuguezes: suppe que elle queria dizer diante do tribunal da arbitragem marcada no contrato.

Julgue-se que chegou a epocha do concessionario se apresentar pedindo a nomeação dos arbitros: que os arbitros constituem o tribunal de justiça, e que ali deduz elle o seu direito. Como ha de o tribunal decidir esta questão? Ha de decidir a segunda das regras de direito, porque não pôde ser de outro modo: então a questão n'este caso é uma questão de interpretação dos artigos do contrato. E o que diz a hermeneutica a este respeito? A hermeneutica diz que se não ha de preferir uma interpretação d'onde se seguem erros e absurdos monstruosos, o outro que não apresenta esses erros, nem esses absurdos, e portanto o tribunal dos arbitros não podia deixar de preferir esta interpretação áquella.

Podia também agora dizer que a prudencia aconselha a não sacrificar um presente certo a um futuro incerto e duvidoso: podia dizer que não tinhamos necessidade de fazer este sacrificio certo e inevitavel, quando pelo andar dos tempos, e em um tempo muito remoto e indefinido e que se não sabe quando virá, podiamos ter uma decisão da arbitragem a nosso favor; mas esta materia foi tocada já por um orador que impugnou o projecto, com um mimo de expressão e delicadeza de pensamento a que elle não pôde chegar.

Confessa que quando viu, quando leu uma memoria feita pelos engenheiros do sr. Salamanca, que naturalmente tinham assistido á feitura do contrato primitivo, e que não notaram os erros que vem agora notar; quando viu, diz, que estes engenheiros, sem rodeios, disseram e o conselho das obras publicas errou: n'essa occasião confessa que houve uma cousa que teve força nelle, orador, e foi o espirito de nacionalidade (apoiados), e não pôde levar a bem que dois homens estrangeiros viessem a Portugal lançar ao primeiro corpo scientifico, juiz competente n'esta materia, o habuê de que erraram (apoiados). Os engenheiros lusos não erraram quando se celebrou o contrato? Não teria direito de desconfiar d'essa falta de conhecimento do erro, quando se fez o contrato, e do conhecimento d'elle depois do contrato feito? Não poderia desconfiar, que se deixou passar esse erro de proposito para se ter occasião de vir expurgar estas modificações?

Era chegado ao ponto, na sua opinião o mais importante. Dissera o sr. ministro do reino, que era necessario fazer alguns sacrificios a favor das empresas d'estas obras, porque de outro modo não teriamos companhias, e que em toda a parte se favorecem as companhias. A este respeito tem a declarar que é fóra de duvida que pelas modificações propostas algum beneficio se faz; mas este beneficio não é feito á companhia, mas ao concessionario, o qual, depois de formada a companhia, é meramente seu empregado, seu delegado relativamente a todos os trabalhos. E deve notar-se que o concessionario apparece n'este contrato transformado em diferentes personalidades, porque em dadas circunstancias o sr. Salamanca é concessionario, dadas outras é empregado, e em outras é explorador por sua conta, e depois é devedor, e assim de personalidade em personalidade vai fugindo de modo que nunca o pôde apanhar.

A condição 6.ª ha de trazer grandes questões entre o sr. Salamanca e o governo, e entre a compa-

nhia e o sr. Salamanca. Appella para todos os juriscultos que estão na camara, para que lhe digam quem é que tem obrigação de fazer a segunda via, quando chegar a epocha marcada na respectiva condição? Por quem será feita? Será pelo sr. Salamanca? Não. É o proprio sr. Salamanca que diz, que não, e tem muito boas razões para assim o dizer, e a principal está na propria condição 6.ª, a qual leu e analysou para mostrar que por ella o sr. Salamanca fica exonerado de fazer a segunda via, e que quem tem obrigação de a fazer é a companhia. Espera em Deus que a modificação respectiva a este ponto não passará, e se passar como está, terá de offerecer ácerca d'ella uma emenda.

Havia dito o sr. ministro das obras publicas, que a companhia estava, podia dizer-se, formada, e que até sabia quem eram as pessoas que a compunham. Reflete, que já n'outra epocha ouviu fazer uma declaração identica a respeito de uma companhia de caminho de ferro, e até se leu então um documento para se provar que a companhia se formaria, mas o facto posterior não esteve de accordo com essa declaração. E alem da desconfiança que tem a respeito da formação da companhia, acrece que os estatutos estão organizados de modo que servem mais para afugentar os accionistas do que para os atrahir, porque não dão garantias algumas á companhia, a qual, por elles, não tem direito de entrar nos trabalhos, de nomear um engenheiro para por sua parte dirigir ou fiscalisar os trabalhos, nem ao menos se lhe dá o direito de approvar os trabalhos depois de feitos: quem os approva é o governo, e a companhia ha de sujeitar-se a essa approvação; de modo que a companhia ha de aceitar os trabalhos taes quaes o empreiteiro os fizer, e taes quaes o governo os approvar.

Vê, é verdade, obrigações da parte do sr. Salamanca, mas sem garantia alguma para a companhia. Não lhe parece, pois, que a companhia se formará, e parece-lhe até que os individuos que tanto tem defendido os estatutos, não entrarão n'essa companhia.

Conclue rejeitando a condição em discussão, e rejeitando-a não quer dizer, que não quer o caminho de ferro, e tanto o quer que vota por elle, mas rejeita a condição; e repete-o bem alto, porque entende que o sacrificio que nós fazemos não é em favor da companhia, nem ha de concorrer para a organização d'ella, e por consequencia não contribue para a feitura do caminho de ferro.

O sr. Thoms de Carvalho:—a camara bem vê que olhando para o relógio a palavra lhe chega em mal occasião, e ainda peor tendo de seguir-se a um amigo seu, a um orador distincto da camara, a um digno professor da universidade de Coimbra, o qual apellou para os juriscultos da camara; e talvez por isso não devesse fazer agora uso da palavra. Entretanto como este apello foi feito quasi no fim do discurso do nobre orador, e como antes de ahi chegar s. ex.ª, apresentou á camara algumas reflexões e argumentos, dos quaes havia tomado nota, responderia até ahi. E se s. ex.ª quizesse seguir á risca o preceito do orador que citou, não teria subido á tribuna, porque dizendo esse orador: elevante para dizeres alguma cousa nova ouvira dizer muita cousa a s. ex.ª, mas confessa á camara que não ouviu nada novo. Ouviu os mesmos argumentos, as mesmas objecções, as mesmas exhortações, e as mesmas argucias que ouviu aos oradores que fallaram na generalidade do projecto, e que já foram respondidas.

Lamenta que entre nós a discussão da generalidade se confunda com a da especialidade de qualquer projecto, quando o que deve ser, e é o que se faz em toda a parte, a discussão geral versa sobre a oportunidade do projecto, e a especial sobre cada um dos seus artigos e paragrafos.

Pela sua parte limitará as suas observações á parte economica e administrativa do assumpto que se discute, não discutindo se nas dimensões estabelecidas erraram os membros do conselho de obras publicas, ou se erraram os engenheiros hespanhoes, ou se mesmo erraram os sr. ministros, nem fallaria n'outra offensa feita á nossa nacionalidade, a proposito de uma questão de caminhos de ferro. Ainda a este respeito soavam aos seus ouvidos as palavras do precedente orador; quando disse: «pois atrevem-se os estrangeiros a vir cuspir nas faces dos portuguezes?». A phrase veio feita de casa, aliás não saia tão arredondada; mas admira-se de que fosse empregada a respeito de uma questão de sciencia, a qual acreditava até agora, que todos a julgavam cosmopolita, e uma enanação da Divindade, como a definiu um dos oradores d'esta camara, em uma das sessões antecedentes, embora n'essa mesma occasião tanto duvidasse d'essa mesma sciencia. Deixando isto de parte, entende que se não deve estar perdendo tempo em fazer estas proclamações ao povo, lançando desfavores sobre homens que os não merecem, pois que, na opinião que emitiram, de certo não tiveram intenção de offender os portuguezes (apoiados).

Como d'esse a hora pediu e ficou com a palavra reservada para a sessão de amanhã.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra.—As folhas d'esta cidade annunciam a publicação de um novo jornal intitulado o *Academico*, de que já saiu á luz o primeiro numero. O *Academico* é folha scientifica e litteraria, e publica-se mensalmente.

Grandes talentos artistico-dramaticos têm ultimamente visitado a Lusitania. Depois de Ristori esteve ali o sr. Emilia das Neves; e o sr. Soller, e o sr. Soares Franco, acabam de chegar á mesma cidade. A similhante respeito lê-se no *Commerciante* de terça feira, 27 do corrente, o que em seguida transcrevemos: «No domingo chegará a esta cidade a distincta actriz Joseph Soller, e o sr. Augusto Soares Franco. «Consta-nos que tencionam dar quatro recitas no theatro Academico, sendo a primeira na quarta feira depois do domingo da Paschoela. Nestas recitas também tomarão parte varios dos actores da companhia dramatica academica.

Muito folgamos de ver entre nós a actriz Soller, um dos ornamentos da scena portugueza; assim como o sr. Soares Franco, já bem conhecido em Coimbra, Lisboa e Porto, pela sua competencia na arte dramatica.

Vizeu.—Continúa a inspecção do regimento de infantaria 14, escreve o *Vizito*. No dia 16 houve exercicio de fogo no campo da Feira. O regimento trabalhou bem.

Estava o dia lindo, esta circumstancia e a do espectáculo, que se dá com um exercicio d'esta ordem, chamou muita concorrencia.

No dia 17 marchou o 14 para as faldas da montanha de Santa Luzia, que olha ao norte da cidade, para o exercicio do alvo. Mais de cem balas foram cravar-se no alvo a uma distancia de mais de cento e vinte passos.

Céa.—O jornal acima citado dá cabida nas suas columnas ás seguintes noticias de alguns tristes successos ultimamente occorridos n'este concelho: «Appareceu, no dia 9 do corrente, enforcada em sua propria casa Maria Marques, da quinta da Boa Vista.

A autoridade administrativa procedeu a investigação, e concluiu, que esta desgraçada se havia suicidado na vespera.

Não se sabe qual fosse a razão que esta tivesse para um tal desatino. Esperamos por ultteriores informações.

Também em Vallezin, do mesmo concelho de Céa, no mez passado, se deu, segundo se cre, um caso de envenenamento.

Depois de sepultado Antonio de Moura, correu o boato de que fóra envenenado pela mulher. Procedeu-se á exumação e ao exame, mas os facultativos não poderam chegar a um resultado definitivo. Pegaram dos liquidos que existiam no estomago e enviaram-nos para Coimbra a fim de se proceder lá a exames chimicos.

Porto.—Diz o *Commercio do Porto* que se estavam fazendo os reparos mais indispensaveis no vapor *Lusitania*, para em principios da proxima semana seguir viagem para Lisboa, a fim de ser aqui radicalmente concertado.

—A receita da associação commercial portueuse foi, no anno findo de 1859, conforme as cifras que publica o *Nacional*, de 2:643\$960 réis, e a despesa de 1:922\$280 réis, passando um saldo de 721\$680 réis para o presente anno de 1860.

A receita do telegrapho commercial portueuse, a cargo da mesma associação, foi, no mesmo periodo do 1.º de janeiro de 1859 a 31 de dezembro, de 762\$380 réis, e a despesa de 110\$880 réis: o saldo de 51\$500 réis passou ao cofre da associação commercial por encontro de anteriores supplementos.

—O *Commercio do Porto* de 26 publica a seguinte noticia da feira de S. Lázaro:

«Foi hontem o primeiro dia da feira de S. Lázaro. Com quanto o dia estivesse pouco ameno, affluir ali, em todo o dia, uma immensa concorrencia de povo, tanto da cidade, como das povoações rurais circumvisinhas.

«O jardim esteve sempre apinhado de gente, e no local das barracas não era cousa facil fazer caminho por entre um constante redemoinhar de povo, que o invadia dos dois extremos oppostos.

«Ao cahir da tarde começou a debarbar o povo das aldeias, que á noite deixou o campo livre ao da cidade, cuja concorrencia cresceu; porém o frio da noite fez com que ás dez horas já pouca gente ali andasse.»

Vizama do Castello.—Demos da dias a noticia, extrahida dos jornaes da localidade, que do 1.º do proximo junho em diante haveria correio diario entre esta cidade e as villas de Ponte de Lima, Arcos e Barca.

Segundo as mesmas folhas, este importante melhoramento parece que se estenderá igualmente ás villas de Monção e Melgaço.

A este respeito escreve o seguinte a *Aurora do Lima*:

«Quando esta vantajosa medida venha a pôr-se em pratica, fica esta cidade em communicação directa e diaria com todos os concelhos d'este districto, e satisfeitos assim os interesses e justas reclamações d'aquellas importantes povoações.»

Valença.—A *Razão* diz que o rio Minho continuava ainda fóra do seu leito, estando no dia 22 muito agitado em consequencia do forte nordeste que soprava.

Monção.—Segundo dizem as folhas do norte vão ser enviados pelo ministerio das obras publicas tres excellentes cavallos de padreadura para a caudalaria d'este concelho, e para as dos concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Val de Vez.

Bragança.—N'um dos seus ultimos numeros, diz o *Ecco Popular*, tratando da abertura da estação telegraphica da Regua, que proseguem os trabalhos para que a linha que tocava n'esta villa e em Villa Real fosse levada até Bragança.

ILHAS

Fayal.—Na correspondencia particular dirigida d'esta ilha ao *Acoriano Oriental*, datada da cidade da Horta a 27 de fevereiro proximo passado, lê-se o seguinte:

«A 25, ás seis e meia da manhã, entrou o vapor da carreira. Também chegou o patacho *Hortense*, de Inglaterra em 31 dias, tendo soffrido uma arribada a Brest, e um violento temporal no dia 30 de janeiro. O vapor trouxe, para aqui, 32 passageiros, grande numero de encomendas e alguns moios de milho.»

Pico.—Segundo a mesma correspondencia as vias d'esta ilha apresentavam bom aspecto.

O contagio das bexigas não tem augmentado de gravidade, continuando benigno.

Ponta do Sol.—Desta villa escreve ao *Funchalense* o seu correspondente particular, ácerca também da epidemia das bexigas, que ultimamente grassou nos concelhos rurais da ilha da Madeira, e no archipelago açoriano, o seguinte:

«Vae cessando, n'esta freguezia, esta epidemia, que fez bastantes victimas, sobre tudo na Lombada dos Esmeraldas, onde os obitos chegaram a 40. Poucos foram os adultos atakados, a grande mortalidade foi nas creanças. Presume-se chegar a 87 o numero de mortes que tiveram lugar em toda a freguezia.

«Deve-se bom serviço ao cirurgião Jacinto Agostinho Pestana, que mui caridosamente applicou a vaccina a mais de 400 creanças, que bem pôde dizer-se foram outras tantas vidas que se salvaram.»

—O mesmo correspondente, tratando do estado do tempo, do aspecto que apresentam as culturas, e da molestia do gado, escreve o que em seguida transcrevemos, com relação ao mencionado concelho de Ponta do Sol:

«O frio tem sido intenso, e foi extraordinaria a neve que de continuo caiu, e se conservou nas nossas montanhas por quasi todo o mez passado. Pessoas idosas ha que se não lembram de um inverno tão rigoroso. Nas serras morreu muito gado.

«Actualmente a temperatura é moderada, e favoravel á agricultura.

«Batata (semilha).—A planta do cedo ficou toda perdida.

«Está verificado que os neveiros do inverno são prejudiciaes áquella plantação.

«Inhame.—Era este o producto em que mais abundava esta freguezia, que o exportava em grande quantidade, porém está quasi extinto por ter sido a planta atacada de uns pequenos vermes que a fazem apodrecer, inutilizando-a. O terreno que serviu para aquella planta está hoje sendo occupado pela batata doce.

«Canna de assucar.—É n'este anno excellente a colheita d'ella, e o agricultor, animado pelo bom preço que lhe offerecem no corrente anno, promete estender a sua plantação, que tinha resolvido extermar quando, nos annos passados, via que lhe não compensava o seu trabalho.

«Molestia do gado.—Com quanto sejam mais raros os casos fataes, ainda não está contido extincta. Nota-se que é nos minguanes que os casos apparecem.»

Porto Santo.—Diz o *Funchalense*, de domingo 18 do corrente, que, na sexta-feira anterior, fóra encontrada uma barca sem tripulação ao sul d'esta ilha.

O hiate *Rochedo*, que a encontrou n'aquella altura, rebocou-a sómente até o ilheo Cláio, por se lhe haver partido o cabo do reboque, e seguiu depois para o Funchal, a fim de dar conhecimento d'este facto á autoridade competente, que despediu

imediatamente o hiate *S. Lourenço* para o local apontado.

A barca estava carregada de taboado.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 26, e de Paris até 23 do corrente.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra os seguintes despachos telegraphicos, transmittidos pelo commandante em chefe do exercito expedicionario.

Acampamento do valle de Gualdras, 25 de março, á uma hora da tarde.—Hontem de novo se apresentaram no meu acampamento os commissarios de Muley-El-Abbas, portadores de uma carta na qual, com insistencia, me fallam dos seus desejos de paz, pedindo que celebrassem uma conferencia na qual nos occupassemos d'este assumpto. Accedi a isto, porém com a condição de que fossem aceitas as propostas anteriormente feitas por mim, devendo eu ser avisado para a entrevista antes das seis horas e meia da manhã do dia seguinte, por quanto a esta hora emprenderia o movimento.

«Os commissarios não se fizeram esperar. Quando as tropas se preparavam para marchar, fui avisado de que o califa desejava conferencia comigo, das oito para as nove horas da manhã. Assim aconteceu; e recebi o chefe marroquino n'uma barraca de campanha que mandei levantar a 600 passos de distancia das nossas guardas avançadas.»

Acampamento de Gualdras, 25 de março, ás duas horas da tarde.—Tendo sido hoje assignados os preliminares da paz, e celebrado um armistício, o exercito vae collocar-se dentro da linha da ponte de Buseja, que é a linha divisoria, e em posição de ser facilmente abastecido.

Alem d'estes, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espanha*:

Marselha, 23 de março.—As desordens occorridas em Roma no dia 19 do corrente começaram por terem os estudantes cantado na sua igreja um *Te Deum*, solemnisando a annexação, e por ser o anniversario natalicio do general Garibaldi. A noite foram grandes as desordens no Corso, fazendo os soldados varias prisões; e como fossem insultados pelo povo, fizeram uso das suas armas. Affirma-se que vão ser deterradas diferentes pessoas importantes.

Londres, 24.—Sir Dunne perguntou ao governo que garantias se receberiam do gabinete de Madrid, de que não occupará permanentemente Tanger, em cujas proximidades se acha o exercito.

Lord John Russell respondeu, que a Hespanha fizera declarações amigaveis em resposta ás observações da Inglaterra, e que a correspondencia relativa a este assumpto tinha sido já publicada.

Shanghai, 26 de fevereiro.—A insurreição toma maior desenvolvimento em o norte.

Manilha, 9.—A subscripção promovida a favor da guerra de Marrocos monta já a uma quantia avultada.

Paris, 24 de março.—O *Pays* affirma que o enviado suizo, Mr. Dufour, se retirou muito satisfeito da audiencia que teve com o imperador.

Os jornaes desmentem a noticia de que a Prussia tencionava enviar um corpo de observação para o Rheno.

Turim, 25.—Farini foi nomeado ministro do reino. Um despacho de Milão diz, que de Paris se recebeu ordem para que as tropas francezas suspendam a sua retirada.

Turim, 26.—O rei dirigiu um manifesto aos povos da Italia central, encarecendo-lhes a necessidade de que preservem nos seus sacrificios e desejos de consolidarem entre os italianos a unanimidade de sentimentos, a fim de olvidarem a sua má fortuna, preparando-se para uma boa sorte.

O resultado das eleições foi favoravel em toda a parte.

A situação da Italia meridional continua inspirando sérias inquietações.

FRANÇA

Temos á vista o jornal official francez de 22 do corrente, que, alem de dar noticia da recepção da deputação saboyana no palacio das Tuilherias, publica a nota circular de Mr. Thouvenel, relativa á annexação da Saboya, e outra nota que o mesmo diplomata dirigiu ao encarregado de negocios da França em Berna, em resposta ao protesto de Mr. Kern.

A deputação saboyana, composta, diz o *Moniteur*, de conselheiros provinciais da Saboya, e de conselheiros municipaes das principaes cidades, declarou reputar-se feliz pela esperanca de se ver reunida á grande familia franceza, com o assentimento do seu legitimo soberano, protestando ao mesmo tempo contra as pretenções da Suissa, que uma nota saboyana, igualmente inserta no *Moniteur*, qualifica de insolitas e ultrajantes.

Na sua resposta, o imperador dos francezes disse que «essa rectificação de fronteiras se produz em circumstancias puramente excepcionaes. E por isso que, «todas as pessoas que na Europa não cedem a um espirito de antagonismo de outra epocha, consideram como natural e justa essa adjudicação de territorio.» O acolhimento feito ás communicações do governo francez autorisa por parte da maioria das potencias, «a justa esperanca de um exame favoravel.»

A nota circular de Mr. de Thouvenel é datada de 13 de março, e é sem duvida, a mesma de que lord John Russell ultimamente fallou na camara dos communs, e ácerca da qual se expressou nos termos seguintes:

«Apesar de se dizer n'essa nota que a questão está submettida á sabedoria e equidade da Europa, devo declarar que, considerando a nota na sua synthese, não se deprehende d'ella que as potencias da Europa devam ser consultadas, e que o governo francez tencionava regular-se pelos seus conselhos.»

Efectivamente, a nota de Mr. de Thouvenel tem principalmente o caracter de uma exposição das razões que influem para que a França insista na annexação. Depois de definir a situação da qual surgiu a questão da annexação, o ministro dos negocios estrangeiros diz que as potencias comprehendam que, «adoptando garantias tão legitimas» o governo francez «só deve proceder a negociações com a Sardenha, para que se combinem todas as disposições necessarias.»

Mr. de Thouvenel recorda ao mesmo tempo que o imperador

blais e de Fauigny, adoptará as medidas que forem suggeridas pelo interesse geral, e pelo interesse da Suíça. Por outra parte, o imperador dos franceses disse também no seu discurso, que, por combinações particulares, facilmente se satisfaria os interesses commerciaes e politicos da Suíça.

AUSTRIA

A *Gazeta de Vienna* publica alguns promotores relativos ás desordens que tiveram lugar em Pesth, no dia 15 do corrente. Nesta cidade espalhara-se o boato de que os estudantes tencionavam fazer n'esse dia, anniversario da revolução de 1848, uma demonstração politica em grande escala. Dizia-se que um cortejo funebre percorreria a cidade, assistiria a uma missa em uma das igrejas, visitaria as catacumbas do cemiterio de Ofen, e iria depois aos cemiterios de Pesth. Muitos negociantes da rua de Wetzten tinham recebido cartas anonymas, intimando-os para que conservassem, n'esse dia, as suas lojas fechadas, e tomassem parte na manifestação que se preparava.

Estes boatos levaram as autoridades a adoptar as medidas necessarias para que se evitassem quaesquer disturbios que se vissem em vista fazer, e no dia 15, as entradas das igrejas foram guardadas por destacamentos de policia, e os cemiterios occupados por tropas.

As nove horas da manhã apresentaram-se de frente da igreja parochial de Pesth, querendo entrar n'ella, muitos estudantes, que trajavam o costume nacional húngaro. Sendo repellidos pela guarda, elles se dirigiram, em numero de quinhentos, para a igreja dos Franciscanos, onde igualmente lhes foi vedada a entrada, e depois tentaram ainda entrar n'uma terceira igreja, pelas portas lateraes, o que effectivamente conseguiram.

Depois de recitarem uma oração entoando uma estrophe do canto de Voercoemarty, denominado Szozat, dirigiram-se para o cemiterio de Franzensstadt. Os agentes de policia, que ahi se achavam, ordenaram aos estudantes que se retirassem, e como esta ordem não fosse cumprida immediatamente foram presos tres d'elles. Os outros afastaram-se divididos em muitos grupos, reunindo-se depois, pela segunda vez, no cemiterio de Kerepes.

A entrada d'este cemiterio, os agentes de segurança publica, que para ali, como para todos os cemiterios, tinham sido enviados, ordenaram-lhes que se dispersassem; porém os estudantes, em vez de obedecerem, insultaram esses agentes, os officiaes de policia e os soldados, que, por este facto, fizeram algumas prisões. Como, porém, um dos individuos que fora preso gritasse aos seus camaradas que o soltassem, estes atacaram a guarda, obrigando assim os soldados a fazerem uso das bayonetas e espingardas, e até a dispararem alguns tiros, de que resultaram varios ferimentos. Os principaes instigadores do motim foram presos, e os outros fugiram.

A população de Pesth, diz o orgão do governo austriaco, não tomou parte n'esta demonstração. Depois do dia 15 não tornou a ser alterada a tranquillidade publica na cidade.

DINAMARCA

O governo dinamarquez fechou, quando menos se esperava, a camara dos estados de Schleswig, cujas sessões têm sido sempre um protesto contra o regimen imposto a esse ducado. No momento em que o commissario real ia ler o decreto que encerrava os debates d'aquella assembleia, o deputado Thomsen, chefe da opposição, pediu a palavra, que lhe foi recusada pelo presidente.

TURQUIA

N'uma correspondencia de Constantinopla lê-se o seguinte:

A Porta concebeu o projecto de fazer pagar aos habitantes da capital, por uma contribuição em parte voluntaria e em parte obrigatoria, a quantia de 70 ou 71 milhões de piastras, necessaria para retirar da circulação o resto do papel moeda. O governo contava com uma contribuição voluntaria de 35 milhões, que seria fornecida pelo commercio; o resto d'essa quantia devia provir de um imposto extraordinario lançado nos alugueis das casas da capital e arrabaldes. Este imposto devia ser pago tanto pelos estrangeiros como pelos naturaes.

A applicação d'estas medidas, na parte relativa aos estrangeiros, dependia do assentimento das embaixadas, e por isso houve uma primeira conferencia em casa de sir Bulwer, embaixador da Inglaterra e decano do corpo diplomatico, em consequencia de se ter retirado mr. de Thouvenel. Todos os chefes da legação se achavam presentes: Fuad-Pacha, como estava doente, fez-se representar por Cahouli-Effendi, secretario d'estado no ministerio de negocios estrangeiros. Julgamos poder dar uma analyse muito exacta do que se passou n'essa reunião, diz o jornal d'onde traduzimos essa noticia:

«Os representantes da França e da Inglaterra emitiram a opinião de que o pedido feito pela Porta não era virtualmente contrario ao que se acha estabelecido; que a medida proposta era uma medida extraordinaria, temporaria; que não podia servir de precedente; que uma declaração official da Porta tranquillizaria os interessados a este respeito.

«Fêz-se notar que o commercio estrangeiro tirava grandes vantagens das suas relações com a Turquia, e que era justo que elle contribuisse para auxiliar o governo a sair de embaraços financeiros que pesam sobre todas as transacções. Sir Henri-que Bulwer declarou que pediria a todos os subditos da rainha, residentes em Constantinopla, que pagassem o imposto do direito lançado sobre o aluguel das casas. O conde de Lallemand fez declarações identicas ás do ministro inglez, acrescentando, porém, que, se alguns subditos francezes não quizessem pagar o imposto, elle os não podia obrigar a isso, sem previa authorisação do seu governo.

«O principe Lobanoff, ministro da Russia, fez a maior opposição ao projecto da Porta. Na sua opinião, em virtude dos convenios anteriormente estabelecidos, nenhum imposto, qualquer que seja o seu fim ou natureza, pôde ser applicado aos estrangeiros que residem em solo ottomano.

«Em segundo lugar o tratado de Bucharest declara que todas as industrias, tanto as pequenas como as grandes, não pagarão cousa alguma. Portanto o ministro da Russia não admite que a Porta tenha direito a lançar aquelle imposto sobre os subditos do czar.

«O conde de Lallemand fez notar ao principe Lobanoff que os artigos do tratado de Bucharest não podiam ser invocados depois do tratado de 1856; porém o ministro da Russia nem por isso deixou de insistir na sua opinião, e concluiu declarando muito positivamente que não só não faria communicação alguma, relativa ao imposto, aos subditos russos, mas até aconselharia, aquelles que o consultassem, a que não pagassem.

«O ministro da Prussia e o encarregado de negocios da Grecia partilharam a opinião do ministro da Russia. O intermuniço da Austria assistiu á discussão, porém não tomou parte n'ella.

«No dia 5 do corrente, houve uma segunda conferencia em Constantinopla.

Por ultimo, decidiu-se que o governo ottomano dirigirá uma nota ás legações estrangeiras, solicitando uma coadjuvação para a percepção do imposto, e que elle declarará n'essa mesma nota que o imposto é apenas uma medida extraordinaria que não poderá ser invocada como um precedente contra os estrangeiros.

«Aceitando esta transacção, os representantes estrangeiros declararam á Porta que não podiam obrigar a pagar o imposto aquelles dos seus nacionaes que se recusassem a isso. Sendo assim, quaes serão os estrangeiros que se prestem a fazer o sacrificio que d'elles se exige? O imposto em questão causa grande descontentamento mesmo entre os turcos.»

(La Presse.)

PERSIA

Receberam-se noticias assustadoras da saude do Shah da Persia. O resultado d'esta doença pôde produzir acontecimentos graves, diz o Nord.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO
INSTITUTO D. LUIZ
NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	751,57	14,0	74,8
3 t.	751,17	17,6	61,2
			NO.

DIA 28.
Maxima—temperatura..... 17,4 C.
Minima..... 9,7 "
Ozone (de noite)..... 5,5 "
Ozone (de dia)..... 6,5 "
Chuva (centimetros)..... 6,1 Mil.
Evaporação (vaporimetro)..... 4,5 "
Altura barometrica correcta.
Altitude do barometro 95,1 metros.
Temperatura á sombra.

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 29 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Volant, brigue inglez, capitão J. Jenkins, da Terra Nova em 18 dias, e do Porto em 24 horas, com bacalhau a M. Walsh & C.; 13 pessoas de tripulação.

Oliveira Brilhante, hiate portuguez, mestre J. M. Parreira, da Figueira em 2 dias, com madeira e feijão; 8 pessoas de tripulação.

Bom Jesus do Calvario, cahique portuguez, mestre J. A. Chaves, de Peniche em 26 horas, com maquinismo; 5 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Antonio Ferreira, Eugenio Ferreira, maritimos, portuguezes.

Conceição, hiate portuguez, mestre F. M. Monteiro, da Figueira em 2 dias, com madeira; 7 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é: Manuel da Costa, artista, portuguez.

Adelaide, bateira, mestre J. P. dos Santos, da Figueira em 4 dias, com madeira, e feijão; 7 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Francisco Gomes da Silva, artista; Thomás Amorim, maritimo; portuguezes.

Cisne, hiate portuguez, mestre J. M. dos Santos, de Caminha em 4 dias, com varios generos; 9 pessoas de tripulação, e 9 passageiros, que são: José Luiz Franco, Joaquim Franco, José Fernandes Junior, Antonio José Gonçalves, José Lourenço Pereira, artistas; José Alves, Manuel Franco, José Luiz Alves, trabalhadores; Maria José da Costa; portuguezes.

Duarte 1.º, hiate portuguez, mestre A. R. de Sampaio, do Porto em 2 dias, com madeira; 9 pessoas de tripulação, e 17 passageiros, que são: Luiz Antonio Sampaio, militar; José Antonio, commerciante; José Rodrigues Martinho, lavrador; José da Costa Ferreira, artista; Silverio Pereira, Manuel Vieira da Nova, Thomás Duarte Saramago, José Ferreira Nunes, Francisco da Silva, Manuel Gomes Regufe, Clementino José, Antonio Rodrigues dos Santos, Jorge da Silva, Antonio de Lima, José Lourenço, maritimos; João Vasques, servente; Rosa de Jesus; portuguezes.

Cornelia, galeota hollandesa, capitão P. Schap, de Genova em 54 dias, com trigo a G. Seydel; 5 pessoas de tripulação.

Luzitania, escuna franceza, capitão J. B. Boisson, do Havre de Grace em 14 dias, com varios generos, á viuva de J. B. Burnay; 9 pessoas de tripulação.

Imperatriz, patacho portuguez, capitão J. L. Guerreiro, de Vianna em 3 dias, com trigo e milho, a J. Ennes; 10 pessoas de tripulação.

Kelpie, brigue inglez, capitão G. Pruford, da Terra Nova em 24 dias, com bacalhau a M. Walsh & Comp.; 10 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Smyrna, vapor inglez, cap. J. Hughes, para Corck, com milho; 18 pessoas de tripulação.

Eagor, brigue dinamarquez, capitão F. Freedberg, para Setubal, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Gloria, brigue polaca sardo, capitão A. Pitto, para Constantinopla, em lastro; 10 pessoas de tripulação.

Respeito, patacho portuguez, capitão J. G. Figueira, para a ilha de S. Miguel, com encomendas; 11 pessoas de tripulação e 1 passageiro, L. Bilton, negociante; inglez.

Estes dois ultimos navios foram registados hontem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Progressista, barca portugueza, capitão A. J. Rodrigues, para Pernambuco, com vinho e mais generos; 14 pessoas de tripulação e 1 passageiro, Antonio Machado Mendes, trabalhador; portuguez.

De Hoop, escuna ingleza, capitão J. Manniken, para Vlaardingen, com sal e cortiça; 7 pessoas de tripulação.

Maria Lopes, hiate portuguez, mestre A. de Jesus, para Faro e Olhão, com palha e mais generos; 10 pessoas de tripulação e 5 passageiros, que são: Francisco Estrella, Francisco José, João Viagas, maritimos; Antonio de Jesus, menor; Isabel Maria; portuguezes.

Conde, brigue portuguez, capitão J. Riquezo, para a Bahia, com vinho e mais generos; 13 pessoas de tripulação.

Mary, chalupa ingleza, capitão W. Cardy, para Sines, em lastro; 5 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é: José Gomes Silvestre, maritimo, portuguez.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 29 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 28 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 27

Não entrou embarcação alguma.
Saídas—Hiates portuguezes, Antunes 1.º, e Sociedade do Mondego, ambos para a Figueira; Duarte

1.º, para Lisboa; Senhor Jesus do Monte, para Caminha; e Luz do Dia, para Setubal.

O brigue inglez Volant, vindo da Terra Nova em 14 dias, navegou para Lisboa.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma. O mar está bom.—O vento esteve NE., agora N., regulares.

De Vianna do Castello, do dia 27

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Portuguezes, patacho Imperatriz, para Lisboa, com trigo e milho; e escuna Negra, para Malaga, com madeira.

Barra boa.—Mar bom.—Vento N. regular.

De Caminha, do dia 27

Saíu o hiate Dois Irmãos, para Lisboa.

Mar bom.—Vento N.

De Aveiro, do dia 27

Hontem entrou o hiate portuguez Craveiro 2.º, do Porto, em lastro; e hoje entrou o cahique Nure, de Vianna, com milho.

Da Figueira, do dia 27

Entradas—Hiates portuguezes, Sociedade do Mondego, e Antunes 1.º, ambos do Porto, o primeiro em lastro, e o segundo com varios generos.—Rasca Conceição Nova, de Caminha, com milho.

Saídas—Hiates portuguezes, Oliveira Brilhante e Conceição, e bateira Adelaide; todos para Lisboa, com varios generos.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma. Mar agitado.—Vento NNE.

De Ericeira, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento N. fresco.—Tempo nevoado.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 27

Entrou o brigue inglez Mary An, de Gibraltar em 1 dia, em lastro.

Não saiu embarcação alguma, nem se avista. Mar agitado.—Vento SE.—Atmosfera nevoada.

De Tavira, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vento tem estado SE., e S. regular.—O mar um pouco agitado.

De Faro, do dia 27

Entradas—Vapor de guerra portuguez Argus, do cruzeiro.—Bote hespanhol Senhora da Soledade, de Huelva, em lastro.

Saídas—Bote hespanhol S. Bernardo, para Ayamonte, com sardinha.—Bote portuguez Molletes, para Villa Real de Santo Antonio, em lastro.

Hontem não entrou nem saiu embarcação alguma. Tempo carregado.—Mar grosso.—Vento SE.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 28 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)

Barra de S. Martinho, do dia 20

N'este dia não houve novidade.

Do dia 21

Entrou o hiate portuguez Saltarello, mestre Vicente Henriques, de Lisboa em 4 dias e de Cascaes em 3, com ferro; 7 pessoas de tripulação.

Mar algum tanto agitado.—Vento ONO. bonançoso.

Do dia 22

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar algum tanto agitado.—Vento ONO. bonançoso.

Do dia 23

Não ha novidade.

Vento NNO. e ONO. bonançoso.—Mar alguma cousa agitado na barra.

Do dia 24

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento ONO., tempo duvidoso.—Mar algum tanto agitado na barra.

Do dia 26

O mesmo tempo e vento.—Mar muito agitado na barra, o que não deixa sair embarcação alguma.

Do dia 27

Não ha novidade.

Capitania do porto de S. Martinho, em 26 de março de 1860.—Manuel Leocadio de Almeida, capitão do porto.

De Peniche, do dia 20

Saíu o cahique portuguez Senhora do Rosario e Almas, mestre Antonio da Luz, para Lisboa, com vinho e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Do dia 22

Entradas—Rasca portugueza Conceição Feliz, mestre Gervazio da Costa, de Cascaes para Vianna, em 2 dias, com sal; 7 pessoas de tripulação.—Palhabote portuguez Christina, mestre Francisco da Silva Caldas, de Setubal para Vianna em 4 dias, com sal; 8 pessoas de tripulação.—Caixamarim hespanhol Roberto, mestre Bernardo Louro, de Anguelas para Muros em 20 dias, em lastro; 8 pessoas de tripulação.—Hiate portuguez Lealdade, mestre Francisco Pereira Coelho, de Cascaes para Aveiro em 25 dias, em lastro; 8 pessoas de tripulação; todos arribados.

N'este porto acham-se ancoradas mais duas rascaes e um hiate, ignorando a que nação pertencem, porque não communicaram com a terra.

Capitania do porto de Peniche, em 23 de março de 1860.—O patrão-mór servindo de capitão do porto, José Joaquim Antão.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 29 de março—3 por cento consolidado a 44,7, 44,75 e 44,85.

Bolsa de Paris, em 29 de março—3 por cento francez a 70,40—4 1/2 dito a 96,50.

Bolsa de Londres, em 29 de março—Consolidados de 94 3/4 a 94 1/2.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo á v. s.ª que a 29 do corrente mez, pelas sete horas da noite, as torres de signal chamaram os soccorros contra o incendio, que se tinha manifestado em uma porção de pinho na rua pertencente á loja que tem o n.º 44, na parte da Fabrica das Sedas. Os soccorros foram promptos, e o incendio, que provavelmente foi originado por estar o pinho encostado a um forno aonde a temperatura era muito elevada, extinguiu-se depressa.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 29 de março de 1860.—III.º sr. vereador do pelouro dos incendios. —O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

AVISOS

ASYLO DA MENDICIDADE

Sabado, 31 do corrente, terá lugar no theatro de S. Carlos o beneficio d'este pio estabelecimento.

A administração do asylo desceja por esta occasião não ser pesada aos seus beneficeiros, a quem nunca recorre em vão, não remettem bilhetes de camarote nem de platá para o citado beneficio; mas pede por este annuncio a todas as pessoas que costumam favorecer a pobreza desvalida que hajam de concorrer na noite de sabado proximo ao theatro de S. Carlos, aonde o producto do espectáculo será applicado ás necessidades d'este pio estabelecimento, que hoje dá abrigo a mais de setecentos desvalidos.

ASSOCIAÇÃO DO THEATRO DA RUA DOS CONDES

São convidados os srs. accionistas que formam o conselho deliberativo da mesma associação a reunirem-se em sessão, no local do costume, na proxima sexta-feira, 30 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de lhes serem presentes algumas propostas elaboradas pela direcção, e que dizem respeito a melhoramentos de que o theatro carece.

Lisboa, 27 de março de 1860.—O presidente da assembleia geral, Francisco Vieira da Silva.

CONVITE AGRICOLA

A mesa provisoria da assembleia dos agricultores e proprietarios agricolas, que teve lugar no dia 25 do corrente, convida novamente todas as pessoas que pertencem ás referidas classes de agricultores e de proprietarios agricolas, a reunirem-se no proximo domingo, 1 de abril, á hora prefixa do meio dia, na rua do Arsenal n.º 16, para, sobre o parecer da commissão nomeada na primeira sessão, se resolver o que convier representar ao governo em relação á admissão permanente dos cereaes, e tratar-se de outros assumptos interessantes para a agricultura.

Lisboa, 29 de março de 1860.—O secretario, Antonio Nunes dos Reis.

IMPRESA NACIONAL

Na imprensa nacional e nas lojas dos seus commissarios, em Lisboa o sr. Lavado, no Porto o sr. Jacinto Pinto da Silva, e em Coimbra o sr. Orel, vende-se o missaleto ou pequeno caderno com todos os officios matutinos da semana santa, e com as duas paixões que se lêem no domingo de rames e sexta feira santa, em cantochão.—Preço 1\$000 réis.

ANNUNCIOS

1 O CONDE DE LUMIAIRES agradece por este meio, em quanto o não faz pessoalmente, ás pessoas que acompanharam os restos mortaes de sua mãe, e pede desculpa de alguma falta de convite que houvesse, devida ao estado de afflicção em que se acha.

2 PELO JUIZO DE DIREITO D'ESTA COMARCA, 1.ª vara, escrivão Barroso, e execução que Manuel de Campos Pereira, como cessionario de Bento José de Alvar Villar, promove a Domingos Guilherme Felis de Oliveira, e a sua mulher D. Miquelina Paula de Mendonça Baptista Amaral e Oliveira, arrematam Manuel José Gonçalves, pela quantia de 850\$500 réis, uma propriedade de casas, quinta e suas pertenças, na freguezia d'Ajuda, sito da Cruz das Oliveiras, onde se acha a casa de laudatário, e que tem os n.ºs 2-B e 4 inclusivos. Acha-se seu líquido producto, que é a quantia de 817\$503 réis, depositado na junta do deposito publico a fl. 174 do liv. 155 da 1.ª repartição; e estão correndo editos de trinta dias, e se faz o presente com o mesmo prazo, chamando quem tiver algum direito á mesma propriedade, que se compõe da dita casa, quinta e suas pertenças, para o ir deduzir dentro do dito prazo, no mesmo juizo, pena de lançamento, e por praso, no mesmo juizo, a mesma propriedade, quinta e suas pertenças livres e desembaraçadas, revertendo quaesquer onus ou encargos para o producto em deposito.

3 PELO JUIZO DA 2.ª VARA, escrivão Borges, correm editos de dez dias, na execução fiscal contra João Francisco Leitão, chamando quem tiver direito a oppor-se ao levantamento da receita em deposito, lançada a fl. 382 do liv. 154 da 1.ª repartição, para que o venha deduzir, pena de lançamento e revelia. Lisboa, 24 de março de 1860.—O solicitador da fazenda, Antonio Severo Coelho Junior.

4 PELO JUIZO DA 2.ª VARA, escrivão Borges, correm editos de dez dias, na execução fiscal contra João Wager Russel, chamando quem tiver direito a oppor-se ao levantamento da receita em deposito, lançada a fl. 72 do liv. 155 da 1.ª repartição, para que o venha deduzir, pena de lançamento e revelia. Lisboa, 24 de março de 1860.—O solicitador da fazenda, Antonio Severo Coelho Junior.

5 PELO JUIZO DE DIREITO DA 2.ª VARA e orphãos do 2.º bairro de Lisboa estão correndo editos de trinta dias, chamando e citando quem direito tenha a oppor-se a que sejam julgados livres e desembaraçados, o d.º de laudatário, e por esse laudatário, situado entre as praças nova e velha, na villa de Pombal, e o lagar denominado de S. José, junto ao lagar da Venda, na Ribeira de Litem, na dita villa de Pombal, que pertenciam ao casal do fallecido ex.º marquez de Castello Melhor, e foram arrematados por Rodrigo de Oliveira e Sousa, e para que o facam dentro daquelle prazo, juizo, e cartorio, e por esse laudatário, pena de lançamento, e a v.ª revelia, se forem julgados livres e desembaraçados, e remetidos quaesquer onus ou encargos, a que os mesmos estejam sujeitos, para o producto em deposito a fl. 351 e fl. 352 do liv. 15 dos orphãos, conforme a ord. liv. 4.ª, tit. 6.º, e leis correlativas.

6 PELO JUIZO DE DIREITO DA 5.ª VARA, e bairro orphologico de Santa Catharina, escrivão Alvares, mordador na rua da Bitesga, n.º 41, 1.º andar, se procede a inventario por fallecimento de Joaquim Maria do Nascimento, casado, que foi, com D. Guilhermina Julia do Nascimento. São por este chamados os credores incertos ao mesmo casal para no prazo de trinta dias apresentarem seus creditos no dito cartorio, com a pena da lei.

7 PELO JUIZO DA 6.ª VARA, escrivão Jacome Antonio, a requerimento de Vicente José da Silva, correm editos de trinta dias, a fim de por elles serem chamadas e citadas todas as pessoas que direito tenham a oppor-se á escritura notarial que a ex.ª marquez de Penafia fez, e se pôr nas notas do tabellião, aonde a mesma foi feita, a verba competente, em que o dominio directo de que o annunciante é possuidor fica fóra do nexo do tal, conforme se accordou no juizo de paz.

8 PELO JUIZO DE DIREITO DA 6.ª VARA, escrivão Motta, correm editos de trinta dias, citando João Ferreira Veloso, residente e ausente em parte incerta, para no mesmo prazo e dito juizo responder á acção de libello, que lhe propõem Luiz Cardoso, autorizada por seu marido Antonio Pereira, Joaquina Cardoso, e outros herdeiros do deffuncto Alexandre Cardoso de Carvalho Pimental, a fim de rescindir uma escritura de venda e cessão da herança do dito padre por lesão enorme e nullidades, comminada a pena de revelia, e as mais da lei, não comparecendo no referido prazo.

9 PELO JUIZO ORPHANOLOGICO do bairro do Rossio, escrivão Coutinho, se ha de proceder no dia 11 do proximo mez de abril, pelas onze horas da manhã, no tribunal da Boa Hora, á arrematação do espólio do finado Jeronymo José de Abreu.

10 NO JUIZO DE DIREITO DE CINTRA, cartorio de Caldeira, a requerimento de Joaquim dos Santos Pereira, correm editos de 30 dias, citando todos e quaesquer pessoas ou corporações, que se julguem com direito, quer por tornas ou legitimas, quer por hypothecas, quer por outro qualquer titulo, a uma propriedade de casas, composta de lojas e um sobrado, sita na villa de Bellas, praso em vidas, forado ao ex.º conde de Pombal em 6 galinhas, e laudatário da decenza, a quem compra contra o Antonio da Silva Sampaio, como representante de sua mãe Maria Emerenciana, e de seus primos Verissimo José Liborio, José Bernardo da Silva Santa'Anna, Henriqueta Augusta, Maria Joaquina, Felizarda Maria, e Maria Guilhermina, na qualidade de unicos herdeiros de seus sogros e avós Joaquim da Silva Santa'Anna e Anna Joaquina, para n'aquelle termo o irem deduzir o dito juizo e cartorio, sob pena de lançamento, e a propriedade do casal, por lesão enorme e nullidades, comminada a pena de revelia, e as mais da lei, não comparecendo no referido prazo, liv. 4.ª, tit. 6.º, e o preço se entregue ao vendedor.